



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVI - Nº 148

SÁBADO, 19 DE OUTUBRO DE 1991

BRASÍLIA _ DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 183ª SESSÃO, EM 18 DE OUTUBRO DE 1991

- 1.1 — ABERTURA
- 1.2 — EXPEDIENTE
- 1.2.1 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

— Projeto de Lei da Câmara nº 89/90 (nº 3.633-B/89, na origem) que “dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR — 364”.

1.2.2 — Leitura de projetos

— Projeto de Decreto Legislativo nº 122/91, de autoria da Mesa Diretora, que altera a redação do art. 1º do Decreto Legislativo nº 63, de 19 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a remuneração do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 89/90.

— Deferimento, *ad referendum* da Comissão Diretora, do Requerimento nº 732/91.

— Arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 108/90 (nº 1.713/89, na Casa de origem), que considera penosa e perigosa a atividade profissional dos vigias noturnos, assegurando-lhes o direito à aposentadoria especial.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR DIVALDO SURUAGY — Submetendo à Mesa do Senado requerimento de convocação do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, para prestar esclarecimentos sobre ação fraudulenta no período da greve dos bancários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e possível relação com a maxidesvalorização do cruzeiro.

SENADOR NABOR JÚNIOR — Economia no Governo Collor. Achatamento salarial.

SENADOR MARCO MACIEL — 2ª visita do Papa João Paulo II ao Brasil. **Homilia** pronunciada, na Missa de Brasília, por Sua Santidade, ressaltando o papel missionário do cristão e o sentido da fé. Presença da Igreja Católica na evolução histórica do Brasil.

SENADOR COUTINHO JORGE — Situação de penúria dos municípios brasileiros, em face à queda dos recursos provenientes do FPM:

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Recebimento da Mensagem nº 270/91 (nº 561/91, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização para contratar, mediante garantia da União, operação de crédito externo no valor de até oito milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos, para os fins que especifica.

1.2.6 — Requerimentos

— Nº 745/91, de autoria do Senador Divaldo Suruagy, solicitando que seja convocado o Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento para prestar, perante o Plenário do Senado Federal, informações que menciona.

— Nºs 746 a 748/91, de autoria do Senador Almir Gabriel, solicitando que seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais a respeito dos Projetos de Lei do Senado nºs 173, 145 e 56/91, que se encontram tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto legislativo nº 78, de 1991 (nº 184/90, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo celebrado em Brasília, no dia 15 de dezembro de 1989, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Latino-Americano de Física sobre suas obrigações, direitos e privilégios em território brasileiro. **Discussão encerrada**, após parecer da comissão competente, ficando a votação adiada nos termos do art. 168 do Regimento Interno.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASCOS FORTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACHEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HUMBERTO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

HOMERAN AUGUSTO COUTINHO MADEIRA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Senatorial C\$ 3.599,65

Tiragem 2.200 exemplares.

Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 1991 (nº 168/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Co-Produção Cinematográfica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em Luanda, a 28 de janeiro de 1989. **Discussão encerrada**, após parecer da comissão competente, ficando a votação adiada nos termos do art. 168 do Regimento Interno.

Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 1991 (nº 78/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o Texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Bangladesh. **Discussão encerrada**, após parecer da comissão competente, ficando a votação adiada nos termos do art. 168 do Regimento Interno.

Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1991, de autoria do Senador João Rocha e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao inciso V do art. 37 da Constituição Federal. **Em fase de discussão** (1ª sessão).

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1991, de autoria do Senador José Richa e outros Senhores Senadores, que altera a redação do caput do art. 2º e o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Uma da palavra o Sr. José Richa** (3ª sessão).

1.3.1 — Comunicação da Presidência

— **Apreciação adiada**, em virtude da inexistência de "quorum" para votação, das Requerimentos nºs 746 a 748/91, lidos no Expediente da presente sessão.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSÉ PAULO BISOL — Venda dos apartamentos funcionais por valores abaixo do mercado.

SENADOR NEY MARANHÃO — Inauguração do 1º CIAC, em comemoração a 2ª visita do Papa João Paulo II ao Brasil. Realizações do Governador Joaquim Francisco nos primeiros sete meses de seu governo.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Dia do Professor.

SR. PRESIDENTE — Associando-se à homenagem prestada pelo Sr. Nelson Carneiro aos Professores, "Dia do Médico".

SENADOR AMIR LANDO — Anseio de S. Exª e do povo pelo fim da corrupção em Rondônia.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Impunidade no Brasil, gerada pelo descumprimento das leis.

1.3.3 — Comunicação da Presidência

— **Praza para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 122/91**, lido no Expediente da presente sessão.

1.3.4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES.

Ata da 183ª Sessão, em 18 de outubro de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Alexandre Costa
Magno Bacelar e Francisco Rollemberg*

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Almir Gabriel — Amir Lando — Coutinho Jorge — Dióclides Sanyay — Epitácio Cafeteira — Francisco Rollemberg — João Calmon — José Eduardo — José Paulo Bisol — José Richa — Magno Bacelar — Nabor Júnior — Romildo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença anusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declarou aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 401, DE 1991

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89/90 (nº 3.633-B, de 1989, na origem) que "dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR-364".

Relator: Senador João Campos

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Chagas Neto, dá à Rodovia BR-364 o nome de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, e atribui ao DNER a tarefa de sinalizar todo o seu percurso.

Apresentado na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei foi aprovado e enviado ao Senado Federal onde, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, não recebeu emendas no prazo regimental.

É louvável a iniciativa gerada na Câmara dos Deputados e certamente materializa o sentimento dominante entre os cidadãos brasileiros de reverência e respeito à memória do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Nada mais oportuno, portanto, do que emprestar seu nome a uma rodovia que, por suas características, torna presente, uma vez mais, a inolvidável imagem de JK.

Ligando Mato Grosso ao Acre, passando por Rondônia, e fazendo parte de um projeto maior de integração nacional e de abertura em direção a novas fronteiras, a BR-364, ao abrir os caminhos estratégicos do Brasil em direção ao Pacífico, seria associada, de maneira pertinente e louvável, como quer o presente Projeto de Lei, ao nome de Juscelino Kubitschek.

Todavia, observa-se que o art. 2º do Projeto em exame não se concilia perfeitamente com o disposto no art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal, razão por que propomos que a expressão "Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER", seja substituída pela expressão "Poder Executivo".

Pelo exposto, tendo apreciado o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1990 (nº 3.633-B, de 1989, na origem) e observando que atende aos pontos de vista do mérito, da constitucionalidade e de técnica legislativa, pronunciamos-nos favoravelmente à sua aprovação, com a emenda que se segue:

EMENDA Nº 01-CI (SUBSTITUTIVO)

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1990 (nº 3.633-B, de 1989, na origem), que "dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR-364".

Art. 1º Fica denominada Presidente Juscelino Kubitschek a Rodovia BR-364.

Art. 2º O Poder Executivo providenciará a sinalização, em todo o seu percurso, através de placas, com o nome do ex-Presidente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 1991. — Testemunha Vílma Filho, Presidente — João Campos, Relator — Elcio Alvares — Magno Barcelar — Wilson Martins — Maurício Corrêa — Lourenberg Nunes Rocha — Telmo Vieira — Amir Lando — Marlene Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Benevides) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 122, DE 1991

Altera a redação do art. 1º do Decreto Legislativo nº 63, de 19 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a remuneração do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto Legislativo nº 63, de 19 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A remuneração do Ministro de Estado em janeiro de 1991 é de Cr\$ 427.500,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e quinhentos cruzeiros), acrescidos da importância correspondente a 55% (cinquenta e cinco por cento), a título de representação mensal.

Parágrafo único. O vencimento fixado neste artigo será reajustado nas mesmas bases e datas concedidas, a partir de 1º de fevereiro de 1991, aos servidores públicos da União."

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O art. 3º da Lei nº 8.162, de 1991, faculta aos Ministros de Estado manifestarem opção pelos estímulos do cargo ou emprego efetivos de que sejam titulares na União, Estado, Distrito Federal, Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista ou em empresa pública, acrescidos da representação mensal e da vantagem pecuniária instituída pela Lei nº 7.374, de 1985.

2. Na oportunidade em que foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de que se originou a Lei nº 8.162, de 1991, os ocupantes dos cargos de Ministro de Estado percebiam vencimentos e a referida representação mensal e vantagem pecuniária, guardando consonância, portanto, com a faculdade de opção e a remuneração então vigente.

3. Ocorre que, no interregno compreendido entre o encaminhamento do projeto e a edição da lei correspondente, foi promulgado o Decreto Legislativo nº 63, de 1990, fixando a remuneração do Ministro de Estado em valor único, o que inviabilizou a opção assegurada na mencionada lei, dada a supressão de representação mensal e vantagem pecuniária.

4. Com o intuito de restabelecer a factibilidade da opção de que se trata, sugere-se seja alterada a redação do art. 1º do Decreto Legislativo nº 63, inserindo nova composição da retribuição, passando a consistir de vencimento e representação mensal, fixada esta no valor correspondente a 55% da

primeira. Esse percentual foi estabelecido para efeito da opção facultada aos demais servidores da União.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1991. — Mauro Benevides — Dirceu Carneiro — Rachid Saldanha Derzi — Iram Saraiva — Beni Veras.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 63, DE 1990

Dispõe sobre a remuneração do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado para o próximo exercício financeiro.

Art. 1º A remuneração do Ministro de Estado em janeiro de 1991 é de Cr\$950.000,00 (novecentos e cinquenta mil cruzeiros) e será reajustada nas mesmas bases e datas concedidas, a partir de 1º de fevereiro de 1991, aos servidores públicos da União.

LEI Nº 8.162, DE 8 DE JANEIRO DE 1991

Dispõe sobre a revisão dos vencimentos, salários, proventos e demais retribuições dos servidores civis e a fixação dos soldos dos militares do Poder Executivo, na administração direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Art. 3º Aos ocupantes dos cargos de Ministro de Estado é facultado optar pela remuneração:

I — do mandato, em se tratando de deputado federal ou de senador;

II — do cargo ou emprego efetivo de que seja titular na União, Estado, Distrito Federal, Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista ou em empresa pública.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso I, o Ministro de Estado perceberá a vantagem pecuniária instituída pela Lei nº 7.374, de 30 de setembro de 1985; e, na do inciso II, a representação mensal do respectivo cargo, acrescida da mesma vantagem pecuniária.

LEI Nº 7.374, DE 30 DE SETEMBRO DE 1985

Dispõe sobre vantagem pecuniária, de caráter transitório, atribuída a Ministro de Estado, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O projeto lido será publicado e oportunamente incluído em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que conclui favoravelmente, nos termos do substitutivo que apresenta, ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1990 (nº 3.633/89, naquela Casa), que dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR-364.

A matéria ficará sobre a mesa, durante cinco sessões ordinárias, para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência comunica ao Plenário que deferiu, *ad referendum* da Comissão Diretora, o Requerimento de Informações nº 732, de 1991, de autoria do Senador Humberto Lucena, ao Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno sem a interposição do recurso ali prevista, determinou o arquivamento em definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1990 (nº 1.713/89, naquela Casa), que considera penosa e perigosa a atividade profissional dos vigias noturnos, assegurando-lhes o direito à aposentadoria especial.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência sente-se no dever de comunicar aos Srs. Senadores que, durante toda a tarde de ontem, manteve os contatos indispensáveis, tendo em vista o pronunciamento feito na tribuna da Casa pelo Senador Eduardo Suplicy, que anunciou encontrar-se sob ameaça de agressão por parte de um dos integrantes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Imediatamente, a Presidência adotou as providências necessárias ao resguardo da incolumidade física do ilustre representante de São Paulo, da mesma forma como estabeleceu contato, na condição de Presidente do Congresso Nacional, com o Relator da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nobre Deputado João Alves, que, peremptoriamente, negou qualquer intenção de agredir, dessa ou daquela maneira, o Senador Eduardo Suplicy. Mais do que isso, o Deputado João Alves comunicou a mim, Presidente do Senado e do Congresso, que, naquele momento, estava distribuindo à imprensa uma nota contestando as versões que haviam sido veiculadas em torno de pronunciamento seu ofensivo ao Senador Eduardo Suplicy.

Louve-se, também, a atuação do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, que cientificado por mim daquela ocorrência anunciada pelo Senador Eduardo Suplicy, imediatamente, diligenciou as medidas que seriam exigidas por parte do Presidente daquela outra Casa do Congresso Nacional.

Ao final da noite de ontem, quando já se encontrava proferindo palestra em São Caetano do Sul, em São Paulo, o Senador Eduardo Suplicy foi por mim cientificado de todas essas providências, inclusive que à sua disposição estariam servidores do Serviço de Segurança da Casa, a fim de que não remanescesse qualquer dúvida quanto à disposição firme e decidida da Mesa de garantir-lhe a integridade e, sobretudo, franquear-lhe o exercício de todas as suas prerrogativas como Senador da República, integrante da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Presidente da referida comissão, Senador Ronaldo Aragão, também foi cientificado dessas providências e teve, a partir da tarde de ontem, à sua disposição, a presença de seguranças do Senado Federal, que a sua ordem ali estão também para garantir a normalidade dos trabalhos daquele órgão permanente do Congresso Nacional.

Eram essas as explicações que a Presidência sentia-se no dever de transmitir aos Srs. Senadores e à própria opinião pública brasileira. Na defesa das prerrogativas do mandato parlamentar, esta Presidência estará sempre atenta e vigilante,

para que se respeitem essas mesmas prerrogativas, que são inerentes ao desempenho do mandato popular conferido, nesse caso, ao representante por São Paulo, Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Divaldo Suruagy.

O SR. DIVALDO SURUAGY (PFL — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo a ler requerimento de minha autoria com o seguinte teor:

REQUERIMENTO Nº , DE 1991

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento para prestar, perante o Plenário do Senado Federal, informações sobre as razões e fundamentos das resoluções do Banco Central do Brasil, autorizado pelo Conselho Monetário Nacional, para que os cheques emitidos por correntistas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, então paralisados, fossem pagos sem nenhum controle de lastro, tendo, ainda, facultado o prazo de 48 horas a contar do fim da greve para a regularização dos saldos.

A desvalorização de dezesseis por cento do cruzeiro foi decidida pelas autoridades econômicas, na mesma data em que os funcionários do Banco do Brasil retornaram ao trabalho após sua prolongada greve. Com isso, os que sacaram sem fundo contra o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, a fim de comprar dólares, ficando com suas contas a descoberto num montante em cruzeiros medido pelo valor do dólar na data da compra, puderam, então, acertar suas posições no Banco do Brasil e na Caixa, pelo mesmo montante em cruzeiros, já que, a pretexto de não criar embaraços para a clientela desses bancos, durante a greve, a resolução do Banco Central suspendeu a cobrança de juros sobre os saldos devedores até o acerto final, estimado para 48 horas após o fim das greves, caracterizando, a ação fraudulenta.

Justificação

A recente greve dos funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal deflagrada no último dia 11 de setembro, estava marcada com larga antecedência por decisão de assembleias da categoria, realizadas em todo o País com ampla cobertura dos meios de comunicação. As reivindicações dos bancários eram conhecidas, assim como a contraproposta das direções das duas instituições públicas. O impasse era previsível, assim como a solução do conflito trabalhista através de recurso ao Tribunal Superior do Trabalho. Este tem sido o padrão das campanhas salariais de diferentes categorias profissionais nos últimos anos, notadamente no setor público, e não havia qualquer fato novo que indicasse que o atual movimento seria diferente.

Também era conhecido do público, e, em especial, dos operadores do mercado financeiro, que a pretexto de não criar embaraços para a clientela das instituições bancárias, cujos funcionários estão em greve, o Banco Central tem adotado procedimentos inusitados, em flagrante violação das leis que disciplinam suas funções básicas e limitam suas prerrogativas. Assim, por ocasião da greve bancária em 1990, o Banco Central autorizou que a rede bancária privada, que retornou às operações normais antes que o Banco do Brasil acatasse os cheques emitidos contra agências desta instituição indepen-

dente de completar-se o ciclo da compensação, isto é, independente de verificação da existência de fundos.

Em razão dessa experiência que, na realidade, já repetia fato semelhante, só que generalizado, quando do tumulto e total bloqueio da compensação bancária provocados pela total improvisação do Plano Collor I, todos os operadores de mercado prepararam-se, estocando talonários de cheques do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, para partilhar uma vez mais com o Banco Central da prerrogativa que, em geral, é exclusivamente dele, de emitir moeda fiduciária sem lastro. Pois é justamente disso que se trata. No período da greve, autorizado por resolução do Banco Central que supunha previamente adotada pelo Conselho Monetário Nacional, qualquer portador de talonário dessas instituições públicas poderia emitir cheques contra a própria conta, depositá-los em outra conta própria ou de terceiros num banco que estivesse aberto e, no prazo de 48 horas de compensação para cheques da mesma praça, ou de um pouco mais para cheques de praças diferentes, sacar direto no caixa o dinheiro que tinha ou que não tinha depositado no Banco do Brasil e na Caixa. Sem outro limite que não o determinado pela honestidade básica da esmagadora maioria da população brasileira, ou pela ambição desenfreada dos que têm recorrentemente se aproveitado das crises econômicas e sociais para pilhar o Tesouro, as instituições públicas e, enfim, o Estado.

Primeiro, emite-se o cheque contra a própria conta no Banco do Brasil ou na Caixa; claro, cliente acostumado a emitir cheques em valores elevados, em geral, é conhecido dos gerentes, de sorte que só recai suspeita se um pobretão qualquer, em vez de usar o revólver para assaltar o caixa, se meter a fazer a operação mais simples e menos arriscada de usar a caneta, como esses ricos espertos; o cheque ou uma dúzia deles, uma vez depositados em outra conta numa agência em funcionamento, própria ou de um comparsa, transforma-se milagrosamente em dinheiro vivo 48 horas depois; com esse dinheiro, o emitente pode ir à Bolsa de Valores ou no mercado paralelo de dólar e se tiver sorte de lá não defrontar-se com baderneiros decididos a defender o Estado da pilhagem promovida pelos representantes da ordem, poderá adquirir dólares ou ações do Banco do Brasil de valor deprimido em face da manipulação do mercado pelos que justificam facilmente a manipulação, oferecendo como motivo, a própria greve. Evidentemente, outras ações são arrastadas na baixa, principalmente de estatais, pelo que se acumulam fortes posições em papéis a preço artificialmente deprimido; alternativamente, compras em larga escala são realizadas nas bolsas de mercadorias e, sobretudo, no mercado paralelo do dólar, e mesmo no mercado oficial do dólar em operações justificadas pelos múltiplos expedientes que nossos criativos banqueiros têm inventado para não deixar o negócio de divisas exclusivamente nas mãos dos marginais reconhecidos como tal. Finalmente, a greve acaba, e os emitentes de cheques cordo com outra autorização do Banco Central que só não é mais generosa porque, conforme sabem todos, a própria lentidão da volta ao normal do sistema de compensação se encarrega de dilatar esse prazo, na prática, para até cinco ou mais dias. Nesse período, há tempo suficiente para que, manipulando novamente os mercados, agora no sentido da alta, os mesmos operadores realizem seus lucros, desovando as compras anteriormente feitas no mercado em baixa, ou apenas se acomodando com os formidáveis ganhos patrimoniais obtidos.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Ouvirei, com muita atenção, o aparte de V. Exª, que, naturalmente, ilustrará este pronunciamento, pelos profundos conhecimentos que V. Exª tem do setor, como alto funcionário que foi do Banco do Brasil.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Nobre Senador Divaldo Suruagy, V. Exª traz a esta Casa o desejo da apuração desses fatos, que são importantes, uma vez que há uma verdadeira coincidência de autorizações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, tudo levando a crer que a greve foi preparada. De repente, isso vem confirmar também o que eu já havia observado, ou seja, o desejo de vários setores bancários que a greve se estendesse por mais tempo na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil. Quero, inclusive, chamar a atenção da Casa para o fato de o Banco do Brasil não haver pedido o ajuizamento do dissídio, foi o Procurador da Justiça do Trabalho que o fez, e o fez sem ser provocado por parte do banco, que deveria ser o maior prejudicado. Não acredito que o Presidente do banco esteja envolvido. V. Exª traz aqui assunto muito sério, é possível até que o Ministro queira transferir esse assunto para o Conselho Monetário Nacional ou para o Banco Central. De forma que devemos estar preparados para qualquer tergiversação que o Ministro queira fazer. Afinal de contas, é preciso que o povo brasileiro saiba o que está acontecendo, quem são as pessoas que enriquecem dessa maneira rápida e fácil, que em questão de uma semana ou 10 dias ganham esse dinheiro sem sequer pagar Imposto de Renda. Meus parabéns a V. Exª pelo cuidado que tem, e que sempre teve, de procurar colocar o interesse público acima de qualquer interesse pessoal ou político. Estamos, realmente, de parabéns, porque temos em V. Exª um companheiro e um colega da melhor categoria.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Muito obrigado, Senador Epitácio Cafeteira, pelas generosas referências às nossas atividades políticas, fruto naturalmente, da bondade e da amizade que nos vincula, para orgulho meu, há muito tempo.

Mas o importante é que V. Exª, profundo conhecedor da causa, como alto funcionário do Banco do Brasil que foi, ao longo da sua vida, inclusive tendo a oportunidade de exercer gerência de estabelecimentos bancários, conhece essas manipulações que são feitas por espertalhões, que ganham verdadeiras fábulas. Os números são tão alarmantes que me recuso a colocá-los diante desta Casa, porque há estimativa de que somente no Rio de Janeiro foram movimentados cerca de 500 milhões de dólares e, em todo o Brasil, há uma estimativa de 4 bilhões de dólares. Esses números são tão avultados que me recuso a acreditar neles.

As informações de gerentes do Banco do Brasil no Rio de Janeiro são de que na segunda-feira, 2 de outubro, chegaram 500 milhões de dólares do exterior, que não tinham nenhuma outra razão para voltar com tanta velocidade. Com a inflação em marcha, todos os grandes clientes sabendo que o Governo estava perdendo a batalha contra a inflação, não havia razão de trazer três, quatro bilhões de dólares do exterior para serem colocados na economia brasileira, a não ser por perspectiva de lucros mais fabulosos, com essa maxidesvalorização.

“É fácil deduzir que providências simples, a partir de uma investigação sumária conduzida pela Polícia Federal, com seu pessoal especializado em finanças, e eventual assessoria dos próprios funcionários do Banco Central e do Banco do Brasil, podem ser adotadas para frustrar essas gigantescas

operações de fraude e apontar seus responsáveis. Primeiro, por ato administrativo, uma vez encerrada a greve no Banco do Brasil e na Caixa e iniciado o processo de acerto dos saldos, a autoridade pública deve determinar o fechamento, pelo prazo da volta ao normal do sistema de compensação e a fiscalização dos acertos — tudo isso deve estar nos computadores que registram, com muita facilidade, quem foi que chegou em alta naquela oportunidade. Todos os cheques de valores vultosos são facilmente detectados pelos computadores, os funcionários do banco sabem disso. Essas denúncias estão nos chegando por funcionários do Banco do Brasil, que estão denunciando, revoltados com os assaltos que foram feitos contra o Banco do Brasil e contra a economia popular — e a fiscalização dos acertos das bolsas de títulos e de mercadorias, a fim de que não haja chance de manipulação das altas para fechar as posições a descoberto e realizar lucros. Todas as emissões de cheques do Banco do Brasil e da Caixa, datadas do período da greve, devem ser rastreadas e identificadas, para verificação de sua justificação negocial, atendo-se à necessidade da consolidação dos cheques emitidos pelo mesmo correntista e de rastreamento de operações cruzadas em conluio fraudulento.”

O Sr. Epitácio Cafeteira — Permite-me V. Exª outro aparte, só para acrescentar uma pequena observação?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Pois não, sobre Senador.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Gostaria que V. Exª examinasse a possibilidade de convocar também o Presidente do Banco Central, porque nesse caso S. Sª se apresenta em duas posições: a de membro do Conselho Monetário Nacional, que autorizou uma parte desses pagamentos e a de Presidente do Banco Central que autorizou outra. De forma que seria muito importante ouvir aqui os seus esclarecimentos, após ouvirmos o Ministro que, naturalmente, vai dizer que quem autorizou tudo foi o Presidente do Banco Central, o do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, mas, por determinação constitucional, só podemos convocar Ministro de Estado.

Agora, os Presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, por feliz coincidência, já foram convocados, aí sim, para o fórum específico, à Comissão de Assuntos Econômicos no dia 29. Na próxima reunião do dia 22 vou, como integrante dessa Comissão, solicitar que se estendam também as razões do pronunciamento dessas duas autoridades bancárias à maxidesvalorização, porque o convite da Comissão de Assuntos Econômicos foi específico sobre as greves. Assim, na próxima semana, estarei solicitando também que no dia 29 os Presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil sejam ouvidos a respeito dessa maxidesvalorização.

O aparte de V. Exª é da maior oportunidade e o fórum adequado, de acordo com as determinações constitucionais e regimentais, para os Presidentes do Banco do Brasil e do Banco Central debaterem essa questão é o da Comissão de Assuntos Econômicos.

O Sr. Nabor Júnior — V. Exª Permite-me um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Pois não, nobre Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior — Realmente, essa maxidesvalorização do cruzeiro, em relação ao dólar, causou o maior impacto perante a população, até mesmo os agentes econômicos não estavam esperando uma medida dessa natureza, de maneira tão precipitada. Naquela mesma manhã do dia,

em que o Banco Central praticou essa maxidesvalorização, o Presidente da República, em entrevista concedida à imprensa, no Palácio do Planalto, desmentiu que houvesse a intenção do Governo em praticar esse ato. Posteriormente assisti, V. Ex^a também deve ter assistido, que a própria autoridade do Banco Central desmentiu que não partiu do Governo e, sim, foi o próprio mercado que forçou essa maxidesvalorização. Posteriormente, justificaram dizendo que era para que os nossos produtos de exportação tivessem uma melhor rentabilidade e, conseqüentemente, uma certa influência nas reservas cambiais do Brasil que estavam realmente baixas. Por outro lado, enquanto se praticava essa maxidesvalorização, que teve realmente uma repercussão muito grande, a inflação disparou. Todo mundo aproveitou-se disso para fazer a sua remarcação de preço, com base nessa maxidesvalorização do cruzeiro, tais como: os empresários, as indústrias, os supermercados, as quitandas, as padarias, etc. Então, ficamos, de certo modo, sem saber qual é realmente a política econômica do Governo. Sua Excelência tem, em reiteradas oportunidades, dito que a meta principal, prioritária do seu Governo é o combate à inflação. No entanto, promove uma maxidesvalorização do cruzeiro que teve um impacto brutal no custo de vida; e os dados estão aí para demonstrar. Em apenas uma semana do mês de outubro, a inflação já alcançou o patamar de 17%, e até o fim do mês é possível que alcance a cifra de 20% a 22%. Então, não sei o que o Governo está pretendendo. Como o Governo pensa em combater a inflação e promove uma maxidesvalorização do cruzeiro que tem um impacto direto, efetivo, sobre a taxa inflacionária do mês? No meu entender, o Governo está totalmente perdido, não sabe mais os rumos que dará à economia brasileira.

O SR. DIVALDO SURUAGY — O aparte de V. Ex^a, nobre Senador Nabor Júnior, traz a perplexidade que não é apenas de V. Ex^a e desta Casa, mas de toda a população brasileira.

Os dois planos econômicos do Governo são diametralmente opostos na sua metodologia, nos seus objetivos. O Plano Collor I interveio, como nenhum outro, na História do Brasil, na economia popular.

Houve o confisco de cerca de 80 bilhões de dólares da poupança popular, com o argumento de que em menos de cem dias a inflação estaria zerada.

Então sacrificaram-se 80 bilhões de dólares da economia popular com o argumento maior de que a inflação estaria zerada em menos de cem dias.

Sua Excelência até usou aquela metáfora de que “só tinha uma bala para atirar no tigre da inflação” e, segundo o Senador Eptácio Cafeteira, errou o tiro e atingiu a população brasileira.

Dezoito meses depois, a inflação deverá ultrapassar a casa dos 20% mensais, o dólar ultrapassou a casa dos 600 cruzeiros e está aproximando-se já dos 700 — creio que até o final do mês de outubro estará valendo mais de 700 cruzeiros — e nada, nada de positivo este Governo fez até hoje em relação à melhoria do padrão de vida do nosso povo.

Qual é o objetivo maior, qual é o objetivo nobre de qualquer ação de governo? É melhorar o padrão de vida do povo que está sendo governado por aquela autoridade.

Gostaria de, neste instante indagar de V. Ex^a, que são homens da maior experiência, da maior vivência, da maior conhecimento da realidade brasileira, qual foi a medida do

Governo Collor que beneficiou, sua a população brasileira, a população no seu conjunto, na sua globalidade?

Tem beneficiado, sim, vários espertalhões que enriqueceram violentamente nesses dezoito meses. Fortunas e fortunas estão sendo acumuladas e o que é grave — vou fazer mais uma denúncia — os grandes Jornais do País, como a **Folha de S. Paulo**, o **Estado** e outros, têm denunciado a compra escandalosa de uma chácara, aqui em Brasília, pelo porta-voz da Presidência da República, no valor de 665 mil dólares. E essa chácara está no nome do Líder do PRN na Câmara dos Deputados, Deputado Cleto Falcão, que reconhece que não é o dono da chácara; apenas a colocaram no nome dele. S. Ex^a é uma vítima nessa história toda.

Quando se imaginava que o Presidente da República, dentro do compromisso que assumiu com a Nação de que qualquer denúncia seria devidamente apurada, tornaria as providências, sua Excelência acaba de indicar o nome do porta-voz para ser adido cultural do Brasil em Roma. Ao invés de mandar investigar a compra, profundamente conflitante e denunciada em detalhes pelo **Jornal do Estado de S. Paulo**, corroborada pela **folha de S. Paulo**, e por outros jornais, Sua Excelência está premiando o porta-voz, nomeando-o para ser adido cultural em Roma. Seu nome já está sendo submetido ao julgamento do Itamarati.

Que insulto à cultura brasileira! Logo para Roma, que é uma das capitais da cultura mundial!

É o prêmio que está sendo concedido.

É tanto que tomei conhecimento do fato pela feliz iniciativa do Senador Pedro Simon — como sempre costumam ser todas as iniciativas desse grande parlamentar —, que apresentou um projeto de resolução, tramitando já na Casa, para que os adidos culturais também tenham os seus nomes aprovados pelo Senado.

Está-se premiando a corrupção através de um dos envolvidos, que pode até ser inocente, mas o Governo deveria ter mandado investigar. Sei que ele é culpado, mas vamos admitir que não seja, já que as provas estão em nome de um terceiro. No entanto, existe a Polícia Federal, a Receita Federal; há o patrimônio de 3,4 anos atrás dessas pessoas citadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, Não! É premiado; ser adido cultural do Brasil em Roma!

É uma palhaçada! Esse é bem o retrato do Governo Collor.

“Pois bem, convém verificar de quem exatamente partiu a iniciativa que levou o Presidente da República a propor”, dentro dessa perplexidade que V. Ex^a acertadamente demonstrou, Senador Nabor Júnior, “a alteração da Constituição para levantar o sigilo bancário de pessoas sob investigação, uma vez que o sigilo, em qualquer parte do mundo civilizado, e até mesmo no Brasil atual, não protege suspeitos de fraude numa investigação formal”.

A legislação não protege o fraudulento com o sigilo bancário.

“De sorte que, ou a sugestão pretende acabar com o sigilo bancário, que protege o cidadão honesto da fúria persecutória de um Estado eventualmente em mãos de uma claqué autoritária, ou se trata apenas de um aviso sutil a comparsas para operar rápido em sigilo bancário as trapaças que somente o sigilo garantido pela convivência do poder administrativo, e não pela Constituição, permite ficarem impunes”.

São estes os argumentos que apresentei para convocar o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

"Em razão do exposto, tenho a honra de solicitar que o Senado convide o Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento para explicar à Nação, através de exposição no Senado Federal, os motivos que levaram o Conselho Monetário a, sob a Presidência de S. Ex^a — o Senador Epitácio Cafeteira disse acertadamente: é uma decisão do Presidente do Banco Central. Mas o Conselho Monetário é presidido pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, que estava viajando. S. Ex^a têm que vir aqui explicar o que seus auxiliares fizeram, porque, pela Constituição, somente os Ministros de Estado podem ser convocados para depor no plenário do Senado da República —, "que seus auxiliares adotassem medidas de tal gravidade e dano para os cofres públicos e o interesse nacional".

Este é o requerimento que estou submetendo à Mesa do Senado. Fiz questão de lê-lo da tribuna para que conste dos Anais, e ficarei aguardando a decisão da executiva da Casa a respeito do convite ou não do Ministro para que explique à Nação todas essas dúvidas, todas essas suspeitas que lamentavelmente estão se confirmando ao longo deste Governo.

Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção. Srs. Senadores, conto com o apoio de V. Ex^{as} para questionarmos as autoridades econômicas, em mais um escândalo que se anuncia perante a sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Divaldo Suruagy, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda bem que não recebemos, até agora, os jornais desta sexta-feira — pois sua chegada, dentro de instantes, certamente trará informações desalentadoras sobre a alta vertiginosa do custo de vida, o descontrolado sobre a inflação, o mais terrível achatamento salarial jamais visto em nossa história. Essa, pelo menos, tem sido a tônica das reportagens nos últimos meses — desde que as teorias do "único tiro" e do "golpe de caratê" foram desmoralizadas pelo dragão inflacionário.

Volto ao tema, já abordado há poucos dias, porque o tema não sai das preocupações dos cidadãos. E cabe a nós, Senadores da República, seus legítimos representantes, a obrigação de denunciar sempre, cobrar incessantemente soluções, protestar contra o tenebroso binômio, o conluio entre inflação e salários aviltados. O atual Governo, eleito e consagrado como "o novo" na política brasileira; perde a olhos vistos a tão alardeada capacidade de renovação da economia e das estruturas sociais do País; as pesquisas, antes uma fonte de jactância, hoje são feitas discretamente, pois seus resultados apontam para o desalento, o medo, a insegurança, a descrença do povo quanto a seu futuro.

Onde está o "Brasileiro, Profissão Esperança", que nem mesmo a dureza do regime militar conseguiu banir dos palcos e da vida? Terá acompanhado os milhões de compatriotas que fugiram para outras plagas, em busca de trabalho digno e do direito humano de sonhar um futuro melhor para sua família?

Terá razão o galhofeiro programa de TV, que garante ter sido gravado no exterior a novela "Felicidade"? Ou, como afirmam outros humoristas, a verdadeira "Porta da Esperança" é a saída nos aeroportos internacionais?

Na raiz do desespero popular encontramos a inflação e seu símbolo mais visível e sensível para, principalmente, as classes de baixa renda: a alta do custo de vida, que se torna ainda mais gritante quando a confrontamos com as dolorosas perdas salariais sofridas pelos trabalhadores.

Tivemos, primeiro, um congelamento total de preços, no início do atual Governo; depois, a liberação parcial, sob o regime de "vigilância oficial"; mais tarde, os sempre desmoralizados "acordos de cavalheiro" e as desrespeitosas "câmaras setoriais", ambos prometendo atitudes honestas e decentes por parte dos cartéis e dos agentes econômicos em geral. Até que, finalmente, os arautos da "modernidade" anunciaram a liberação completa de quase todos os preços, inclusive os dos produtos de primeira necessidade, aqueles que compõem a cesta básica.

Não se observou qualquer cautela concreta, para impedir que a especulação e a desonestidade campeassem nessa libertinagem econômica. Nos últimos quatro meses, a inflação foi alta, acumulando-se em 66,14%, mas todos os produtos e serviços essenciais subiram muito mais, atingindo, em alguns casos, a marca estratosférica de 250%!

É importante recordar, para que não se percam nos anais, os abusos mais flagrantes, a começar pelos 250% da carne bovina. O óleo de soja, básico na cozinha brasileira, subiu 206%; o cimento, 123%; a manteiga, 200%; as passagens aéreas, por exemplo, no trecho Rio/São Paulo, foram majoradas em 149,8% — e os automóveis, em apenas um mês, tiveram suas tabelas de fábrica reajustadas em até 70%!

Nesse último caso, o das montadoras, a extorsão foi tão evidente que elas próprias, encabuladas, voltaram atrás ao primeiro puxão de orelhas aplicado pelo Governo, e reduziram um pouco as tabelas. Apenas um pouquinho, para dar a impressão de que se empenham em colaborar com a estabilidade da economia nacional.

Estamos no início da segunda quinzena de outubro e as previsões para o mês são extremamente sombrias: os otimistas falam em inflação de 20%, os pessimistas arriscam 25 ou 26%, os realistas apostam no meio-termo, algo acima de 21 ou 22%. E os exploradores da economia popular, por via das dúvidas, remarcam tudo em mais de 40, 50, 60%, ou até mesmo além disso.

O Governo contribuiu, agora, para aumentar ainda mais a orgia especulatória, anunciando um controle de preços que, na realidade, serve apenas para isto: assustar os empresários, que redobram a velocidade e o tamanho das remarcações de todos os produtos e serviços, sem qualquer exceção.

Senão, vejamos: os produtos que voltaram a ser pretensamente controlados e monitorados pelo Governo têm peso irrisório na inflação, não estando entre os de consumo indispensável para o povo: mortadela, maionese, salsicha, sorvete, creme dental, sabão em pedra, sapólio — todos eles são itens importantes, mas sem eles o povo sobrevive. Ou será que, para o Governo, sorvete é mais importante que feijão, arroz, macarrão, óleo, sal, açúcar? Terão os tecnocratas descoberto a maneira de temperar a comida com sapólio?

Além de não serem realmente indispensáveis à mesa do povo, aqueles itens pesam pouco no cálculo da inflação, como se vê na composição de índices adotada pela severa e respei-

tada Fundação Getúlio Vargas, com seu IPC — Índice de Preços ao Consumidor.

Somando-se todos os produtos, cujo controle é novamente trombeteado pelo Governo, a FGV registra apenas um ponto percentual, ou seja, se tivessem, em conjunto, um aumento de 100%, isso daria 1% de inflação no mês correspondente — praticamente um terço do preço da carne, que responde por exatos 2,9 pontos na ponderação do IPC, e que continua inteiramente liberado.

Os noticiários do rádio e da TV, ontem à noite, davam conta de que os itens reconhecidamente mais consumidos pelos brasileiros — feijão, arroz, etc. — não serão especificamente controlados, mas sua comercialização obedecerá a um esquema de “margem de lucro fixada”. É, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, uma forma de não controlar, pois os parâmetros presumíveis são descontrolados e fora do alcance das repartições fiscalizadoras.

Continuam de fora, isentos de qualquer controle, serviços e compromissos onerosos, como os condomínios, que tiveram um reajuste médio, em setembro, de 85%, imprimindo quase um ponto na inflação do período.

Nada disso resolve, como todos já constatamos, nos sucessivos e fracassados programas anteriores: acordo de cavalheiros onde não existe cavalheirismo, câmaras setoriais que desconhecem a ética da palavra empenhada, congelamento mal conduzido que apenas refresca o ágio, controle incompetente de preços, tudo isso é miragem, que não ilude o povo brasileiro.

O que se espera do Governo, na realidade, é a adoção de mecanismos permanentes e eficazes, uma política factível, rígida, evitando a explosão do custo de vida relativo às camadas mais desprotegidas da população — a elaboração e o cumprimento de uma cesta básica realista, que garanta o mínimo dos mínimos para o trabalhador e sua família, ao alcance de seu orçamento doméstico.

Não se pode tratar com a mesma liberdade todo o estoque de um supermercado, pois nele existem desde o mais supérfluo até os artigos verdadeiramente insubstituíveis na alimentação e na sobrevivência do cidadão.

Serviços fundamentais, como transportes, comunicações, assistência médico-hospitalar, seguro de saúde, anuidades escolares, luz, água, saneamento domiciliar, nada disso pode ser escancarado à sanha de empresários gananciosos ou empresas estatais falidas; combustíveis, gás de cozinha, querosene iluminante, entre outros produtos básicos, tampouco podem entrar na lei do “liberou geral”, como dizem os jovens de hoje.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores: não tem significado prático as ameaças que o Governo faz aos empresários empenhados na remarcação abusiva dos preços, pois eles já não mais acreditam nas punições anunciadas; o próprio clima de descrédito que cerca as nossas autoridades, infelizmente, contribui para tal desrespeito. Afinal, as idas e vindas de todas as políticas divergentes e adversárias não permitiriam, mesmo, qualquer expectativa positiva por parte desses produtores.

O Governo precisa convencer a sociedade de que seus objetivos são claros, nítidos e duradouros; ao invés de improvisar soluções miraculosas e queimar uma equipe por semestre, deve mostrar firmeza de propósitos e métodos, usando mecanismos ágeis e rígidos no combate sistemático às altas exageradas e acima da inflação — conscientizando-se, sobretudo, da necessidade de proteger a cesta básica do povo.

Ao mesmo tempo, deve-se proceder à revisão da nociva política de juros altos, que não impede a explosão da inflação — apenas sufoca e causa falências sucessivas, estreitando ainda mais o já precário mercado de trabalho. A “ciranda financeira”, tão execrada pelos atuais governantes, quando ainda eram candidatos, está de volta, como provou, ontem, a **Folha de S. Paulo**, em matéria que denunciava a criação do “overmês”. Essa dança macabra só beneficia os especuladores, contemplados com remuneração superior a 1.600% nos CDB, duas vezes o que se oferecia há pouco mais de um mês!

A primeira reação é a quebra do comércio, que não consegue vender seus estoques através de financiamentos; afinal, ninguém, em sã consciência, pode assumir o compromisso de pagar até 45% de juros ao mês, na compra de bens duráveis ou mesmo artigos de uso pessoal.

Carro, fogão, geladeira, utilidades domésticas, tudo isso está absolutamente fora do alcance do cidadão comum, e o resultado vemos, diariamente, nas ondas de demissões participadas pela indústria. É patética a cena, apresentada ontem à noite pela TV, do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, fazendo greve de fome para protestar contra a demissão de 1.300 companheiros.

A primeira solução para o problema é não mascarar-lo.

Enfrentamos a realidade da crise formidável em que se atolou o País, principalmente depois que se perdeu tanto tempo com o uso de medidas e atitudes que beiram o charlatanismo político-administrativo.

Toda a Nação anseia pelas respostas fundamentais, às perguntas angustiadas que se cruzam em meio às dificuldades vividas pelos cidadãos de quase todas as categorias profissionais: haverá solução, como citei há pouco? Essa solução está ao alcance do atual Governo?

Concluo, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, reafirmando minha confiança no Brasil e nos brasileiros. Não faço oposição à Pátria, jamais pratico a crítica injusta ou gratuita; não abrigo em minha alma o vil pessimismo — mas também não sei aderir ao ufanismo vazio.

Os problemas aí estão. Todos os conhecemos.

Suas consequências também se fazem visíveis e dolorosas.

Resta esperar que o Governo, cumprindo suas promessas e suas obrigações institucionais, tenha a humildade e a grandeza de reconhecer os erros que cometeu ao longo desses 19 meses, corrigindo-os com urgência e determinação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Capistrano de Abreu disse, certa feita, ser impossível escrever a História do Brasil dissociada da história da Companhia de Jesus.

Eu poderia dizer, ampliando a observação do historiador Capistrano de Abreu, que não poderíamos escrever a História do Brasil sem registrar a enorme presença de que desfrutava a Igreja — de um modo especial, a Igreja Católica — em nossa evolução histórica. Não é por outra razão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que somos — isso é reconhecido em estatísticas internacionais — a maior nação católica do mundo.

Isso, talvez, ajude a explicar o fato de termos, pela segunda vez no espaço de onze anos, a presença de Sua Santidade o Papa João Paulo II, que é o primeiro Papa peregrino, assim posso dizer, em dois mil anos da História da Igreja. Ele é o primeiro Papa que transpõe as fronteiras de Roma. Numa ação de peregrinação por todo o mundo — a Igreja é apostólica, deve pregar —, visita diferentes nações e já nos honrou, em seu pontificado de treze anos, duas vezes com sua visita. Desta feita, inclusive, visitando a terra de V. Ex^a, Sr. Presidente, o Maranhão.

Não podemos deixar de registrar aqui, no Senado Federal, a presença do Papa em nosso País, e, de modo especial, em Brasília, porque aqui, exercitando aquilo que a Igreja chama de *munus docenti*, Sua Santidade teve oportunidade de tratar, não apenas de problemas religiosos, que são problemas transcendentais, mas tratar de problemas bem mais iminentes, por que não dizer até de temas políticos como aqueles relativos às relações entre o Brasil, enquanto Estado e a cidade — Estado do Vaticano. Sua Santidade aqui, como é do conhecimento público, além de ter celebrado uma missa solene, extremamente concorrida, na Esplanada dos Ministérios, também visitou o Presidente Collor, ocasião em que teve a oportunidade de conversar sobre problemas sociais do nosso País, e aproveitou também a ocasião para receber os embaixadores acreditados perante o nosso Governo.

A visita de Sua Santidade, portanto, é uma visita importante porque, importante é a presença da Igreja em nosso País.

A propósito, Sr. Presidente, eu gostaria até de lembrar que não foi por outra razão que, certa feita, Rui Barbosa, numa palestra realizada — se não estou equivocado, no Colégio Anchieta, no Estado do Rio de Janeiro — comparou a situação brasileira com a dos Estados Unidos, referindo-se a um historiador americano, que, tratando *ex-professo* o assunto, disse:

“A nossa Constituição não criou a Nação, nem a religião nacional. Achou-as preexistentes, e estabeleceu-se com o intuito de as proteger sob uma forma republicana de governo.”

A propósito, comentou Rui Barbosa:

“Ora, a condição de nós outros é idêntica, por este, lado, à dos Estados Unidos. Antes da República existia o Brasil, e o Brasil nasceu cristão, cresceu cristão, cristão continua a ser até hoje.”

E concluiu:

“Logo, se a República veio organizar o Brasil e não esmagá-lo, a fórmula da liberdade constitucional, na República, necessariamente há de ser uma fórmula cristã. As instituições de 1891...” — e aqui, friso, Rui se referia, entre outras instituições, à primeira Carta Constitucional Republicana — “... não se destinaram a matar o espírito religioso os, mas a depurá-lo, emancipando a religião do jugo oficial. Como os americanos, pois, nos assiste o jus de considerar o princípio cristão como elemento essencial e fundamental do Direito brasileiro. Nesta verdade se encerram todas as garantias da liberdade e todas as necessidades da nossa fé.”

O Papa, Sr. Presidente, aqui em Brasília, tratou, obviamente, daqueles assuntos ligados ao desenvolvimento da própria Igreja Católica Apostólica Romana no nosso País, e também, numa saudação que fez ao Presidente Fernando Collor,

ao visitá-lo no Palácio do Planalto, feriu, com a propriedade que lhe é habitual, com a profundidade e a riqueza dos ensinamentos da chamada doutrina social da Igreja, temas que são também de natureza social e por que não dizer, de natureza política. Sua Santidade trouxe, com sua palavra, também uma orientação para a crise econômica e social que perpassa o nosso País.

Disse o Papa, em sua mensagem, algumas palavras que merecem ser aqui refletidas e comentadas. Em sua fala no Palácio do Planalto, Sua Santidade disse:

“Os objetivos da Igreja, em sua missão religiosa e espiritual, e do Estado, visando o bem comum de cada homem são certamente distintos. No entanto, confluem num ponto de convergência: o homem e o bem da pátria.”

E ao falar especificamente sobre as questões relativas à nossa Pátria, dirigindo-se ao Presidente, disse:

“Nesse sentido, alegra-me a preocupação de Vossa Excelência, Senhor Presidente, pela condução básica do verdadeiro desenvolvimento que é a Educação.

O Brasil não pode abrir mão da sua maior riqueza, o imenso contingente de crianças e jovens que precisam ser integrados plenamente na vida social, no trabalho, na efetiva cidadania. A bênção que dentre em pouco terei o prazer de dar, simbolicamente, à maquete de um Centro Integrado de Apoio à Criança deverá ser inspiradora da absoluta prioridade que o Governo de Vossa Excelência pretende dar às instituições escolares particulares e públicas.”

Veja, Sr. Presidente, que o Papa fere um tema que é para todos nós muito importante e que tem aqui, nesta Casa, um grande apóstolo, que é o Senador João Calmon, à causa da Educação. Entende o Papa que não se pode pensar num país jovem e de jovens, em desenvolvimento orgânico e integrado sem se investir em Educação, ainda a grande carência nacional, ainda a grande e não realizada prioridade brasileira.

Além disso, Sr. Presidente, o Papa, no instante em que esteve com o Presidente da República, tratou também de problemas outros que afetam a Nação brasileira, e o Presidente, na ocasião, nas palavras com que saudou o Papa João Paulo II, referiu-se a uma questão que hoje está nos jornais e, também, no coração e nas mentes dos brasileiros: as desigualdades internacionais que ainda hoje marcam o Mundo, que ainda hoje desafiam governos e povos.

O Presidente Collor aproveitou a oportunidade da presença do Papa, que é, como disse há pouco, um grande peregrino, um grande apóstolo, para solicitar que Sua Santidade fizesse gestões junto aos chamados países mais influentes — que são os mais afluentes, significativamente — no sentido de que possam esses países, ouvindo a palavra do Papa, nos ajudar na solução dos problemas que dizem respeito à renegociação da nossa dívida. E o Presidente Collor fez, como disse, quase um apelo dramático, se não estou exagerando, ao dizer:

“Nos países em desenvolvimento muitos dos obstáculos ao verdadeiro progresso social derivam ainda de fatores externos, sobre os quais nossa capacidade de influir é restrita.”

Acrescentou o Presidente:

“O comércio internacional, distorcido e limitado pelo protecionismo, não favorecerá a superação desse

estado de coisas, agravado, ainda por cima, pela crise do endividamento sobre o qual Vossa Santidade tem freqüentemente lançado seu olhar atento e sensível."

Concluiu o Presidente: "Após haver ajudado a lançar os fundamentos da Casa Comum Européia e aberto novos horizontes à História do Hemisfério Norte, Vossa Santidade pode, sem prejuízo da missão de pastor, usar o peso de sua incontestável autoridade em todos os fóruns internacionais para melhorar as condições do resto do mundo, contribuindo para suprimir tantas injustiças que ainda subsistem no relacionamento entre os povos".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por aí vejam que a visita do Papa foi, de alguma forma, extremamente importante para que no instante em que pensamos nos valores espirituais, num mundo dominado pelas preocupações materiais, para que refletíssemos, friso, neste instante em que o Papa nos visita, sobre alguns problemas brasileiros e sobre a forma de resolvê-los.

Aproveito também a ocasião para fazer uma referência, Sr. Presidente, à homília que o Santo Padre pronunciou na missa celebrada na Esplanada dos Ministérios, que reuniu, segundo informações da imprensa, perto de meio milhão de pessoas. A missa significativamente se realizou no dia em que se comemorava o dia de Santa Tereza D'Ávila, e o Papa fez em sua pregação um comentário extremamente importante sobre o sentido da fé, louvando no Evangelho do dia, um trecho de São Mateus, que se referia ao papel missionário que deve ter o cristão, ou seja, o cristão enquanto divulgador e difusor da palavra de Deus.

E o trecho de São Mateus, que está contido no Capítulo V do seu Evangelho, lembra que o cristão deve ser o sal da terra, a luz do mundo.

Nessa sua homília, Sr. Presidente, o Papa chamou a atenção para a importância da fé enquanto realização do homem no plano espiritual.

Enfim, o homem é matéria, mas é sobretudo espírito e daí por que, dentro do campo dos valores espirituais, a fé há de ocupar um espaço extremamente largo na vida do homem.

Sua Santidade lembrava, inclusive, aquele sentido paulino, contido na Carta aos Hebreus, que diz que a fé é o fundamento de todas as coisas, uma maneira de se possuir aquilo que ainda se espera e de já se contemplarem realidades que ainda não se vêem. E a sua fala foi destinada, conseqüentemente, à comunidade brasileira, mas também destinada, sobretudo, para que refletamos sobre os nossos valores espirituais.

Sua Santidade, também, não deixou de avocar o fato de o quanto Brasília se desenvolveu nesses últimos anos, uma cidade-menina que, hoje, tão rapidamente, já completa 31 anos de existência.

Gostaria, Sr. Presidente, nestas minhas breves palavras, de aproveitar a ocasião para requerer a V. Ex^a que defira solicitação que ora faço, por intermédio de V. Ex^a, à Mesa, para constar, nos Anais desta Casa, de trechos mais importantes da homília que o Papa proferiu durante a missa, celebrada na Esplanada dos Ministérios, bem como as palavras do Papa e do Presidente Collor, que foram tornadas públicas durante a visita que o Santo Padre, o Papa João Paulo II, fez ao Presidente da República, no Palácio do Planalto.

Acho que esses documentos, certamente, enriquecerão os Anais da Casa e, de alguma forma, vão contribuir para

que possamos refletir, não somente sobre questões espirituais, mas também sobre questões políticas, sociais e econômicas, que desafiam o País nos nossos dias.

São estas, Sr. Presidente, as considerações que gostaria de fazer neste instante a propósito da visita do Papa João Paulo II, fazendo votos para que a visita de Sua Santidade, que prossegue pelo País afora até o próximo domingo, seja coroada de todo êxito, para que possamos, por esse caminho, compreender melhor os mistérios da Providência e o sentido da pregação religiosa, abrindo assim espaço, em nosso País, para que reflitamos também, além das questões materiais e circunstanciais que nos assolam, sobre questões espirituais que formam e moldam a personalidade do homem.

Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. MARCO MACIEL EM SEU DISCURSO:

07 — Leitura (Hb. 11, 1-11)

"Leitor: Leitura da Carta aos Hebreus. — Irmãos, a fé é o fundamento do que se espera e a convicção das realidades que não se vêem. Foi a fé que fez a glória dos antigos. Pela fé sabemos que o universo foi criado pela palavra de Deus, de sorte que do invisível teve origem o visível. Pela fé Abel ofereceu ao Deus sacrifício melhor do que Caim e por ela foi declarado justo, tendo Deus aprovado as suas oferendas, e é pela fé que depois da morte de Abel continua a falar. Pela fé Henoc foi trasladado sem ter conhecido a morte e não foi achado porque Deus o arrebatou. Mas antes de ser trasladado, recebeu o testemunho de haver agradado a Deus. Sem a fé, porém, é impossível agradar a Deus. Pois para se chegar a Ele, é preciso que primeiro se creia que Ele existe e recompensa quem o procura. Pela fé Noé, avisado por revelação divina de acontecimentos ainda invisíveis, construiu, motivo de temor, a arca para salvar a sua casa. E por ela condenou o mundo, tornando-se herdeiro da justiça que se obtém pela fé. Pela fé Abraão, ao ser chamado, obedeceu e saiu para a terra que havia de receber por herança, mas sem saber para onde ia. Pela fé morou na terra da promessa como em terra estrangeira, acomodando-se em tendas, do mesmo modo que Isaac e Jacó, co-herdeiros da mesma promessa. Porque ele esperava uma cidade fundada sobre alicerces, cujo arquiteto e construtor seria Deus. — Palavra do Senhor.

Todos: Graças a Deus."

Diácono: Naquele tempo, disse Jesus a seus discípulos: Vós sois o sal da terra. Mas se o sal se estraga, com que se salgará? Já não servirá para nada a não ser para ser jogado fora e pisado pelos homens. Vós sois a luz do mundo. Não é possível esconder uma cidade situada no cimo de um monte, nem se acende uma candeia para se pôr debaixo de uma vasilha, mas num candelabro para que alumie todos os dias. É assim que deve brilhar a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem vosso pai que está no céu. — Palavra da Salvação.

— Todos: Glória a Vós, Senhor.

DISCURSO DE JOÃO PAULO II

Senhor Presidente,

1. Permita-me primeiramente expressar meus sentimentos de agradecimento pela acolhida que me foi feita, através

do Vosso Ministro das Relações Exteriores, Doutor Francisco Rezek, logo ao pisar, o solo brasileiro, e pelas nobres palavras que acaba agora de dirigir-me Vossa Excelência, sem dúvida destinadas não exclusivamente à minha pessoa, mas à missão que a Divina Providência me confiou doze anos atrás e à mesma Igreja Universal de que sou Pastor.

O retorno ao Brasil, como já frisei na minha chegada, visa precisamente cumprir essa missão pastoral, dentro de um arco exclusivamente evangélico, de congregar as ovelhas do rebanho da terra da Santa Cruz. Por isso, este momento assume particular significado, considerando que me dirijo não só ao Supremo mandatário da Nação brasileira, mas também às autoridades governamentais que têm a grave responsabilidade de representar e de encaminhar a vontade do Povo como promotores da paz e do progresso entre os seus cidadãos.

2. Os objetivos, o da Igreja, na sua missão exclusivamente religiosa e espiritual, e do Estado, visando ao bem comum de cada homem, são certamente distintos. No entanto, confluem num ponto de convergência: o homem e o bem da Pátria.

A Igreja, que sempre teve presente as próprias dificuldades para alcançar seus objetivos, com mais facilidade há de entender a complexidade do próprio Governo de uma Nação para cumprir suas obrigações diante de cada indivíduo. Mas ela deve dar sua colaboração para que tais fins sejam alcançados, sabendo respeitar a área específica do Estado. Existirão divergências, devidas às limitações humanas e à variedade dos problemas, especialmente num país tão vasto, como o Brasil. Porém, o entendimento respeitoso, a preocupação de independência mútua e o princípio de servir melhor ao homem, dentro de uma concepção cristã, serão fatores de concórdia cujo beneficiário será o próprio povo.

3. Senhor Presidente da República, Senhores Membros do Congresso Nacional, e do Supremo Tribunal Federal, Senhores Ministros de Estado, Senhores Governadores, Senhoras e Senhores:

Ao agradecer a homenagem que quisestes tributar ao Sucessor de São Pedro nesta sua segunda visita ao Brasil, quero expressar o meu apreço pela significativa missão que desempenhais como representantes de todo o Povo brasileiro.

Certo de não me afastar o mais mínimo do meu escopo pastoral, e no exercício da minha missão exclusivamente espiritual, dirijo-me aos Senhores, pedindo a Deus que vos ilumine nesta árdua missão da defesa dos valores espirituais e morais do Brasil. Que as questões levantadas pela sociedade sejam sempre examinadas à luz dos critérios da justiça e da moralidade cristãs, antes que ou de interesses particulares. Creio que não é esta a motivação do vosso agir político, pois tal postura seria incoerente com a visão do bem comum que certamente vos move. Que vossa tenacidade, posta ao serviço de todas as iniciativas que visem ao progresso social, econômico e científico em favor da família brasileira, seja sempre mais autêntica e desprendida. Que o trabalho em defesa da vida não seja contra ela. Com imaginação, coragem e perseverança, permitireis assim que todos os brasileiros tomem pacificamente o lugar que lhes é destinado no concerto da Nação. Neste sentido, alegra-me a preocupação de Vossa Excelência, Senhor Presidente, pela condição básica do verdadeiro desenvolvimento que é a educação. O Brasil não pode abrir mão de sua maior riqueza — o imenso contingente de crianças e jovens que precisam ser integrados plenamente na vida social, no trabalho, na efetiva cidadania. A bênção que, dentro em pouco, terei o prazer de dar, simbolicamente, à maquete

de um Centro Integrado de Apoio à Criança, deverá ser a inspiradora da absoluta prioridade que o Governo de Vossa Excelência pretende dar às instituições escolares, particulares e públicas.

4. Prossigo meu itinerário traçado para esta visita pastoral através de várias capitais de Estados da Federação, levando este sinal de esperança que desejo recolher de Vossa Excelência, como também dos Senhores Senadores, Deputados e Ministros. O espírito que me anima é portador de um imenso afeto pelos filhos do Brasil, a quem neste momento desejo unir-me num grande abraço. Não podendo fazê-lo pessoalmente, peço aos Senhores que o façam por mim. Que todos fiquem sabendo que o Papa estima o Povo brasileiro, sua história, suas lutas, suas conquistas. O Papa abençoa a todos e a cada um, do Chui ao Oiapoque, das extremidades do Acre ao Arquipélago de Fernando de Noronha.

Que Deus abençoe o Brasil!

Que a paz e a concórdia, unidas à prosperidade, tanto material quanto espiritual, estejam convosco e que Nossa Senhora Aparecida proteja a missão que a Providência vos encomendou.

Muito obrigado!

DISCURSO DO PRESIDENTE COLLOR

Beatíssimo Padre,

Certa vez, ao regressar de uma de suas viagens apostólicas, Vossa Santidade explicou que viajava pelo mundo a serviço da Igreja e a serviço do Homem.

Tenho, portanto, duplo motivo de satisfação, neste momento em que Vossa Santidade nos visita: como membro da comunidade católica e como Presidente da República, sou duas vezes honrado por Sua presença em Brasília.

A Igreja no Brasil cresce em vigor pelo privilégio do encontro com o Sumo Pontífice; e isso alegra todos os fiéis.

Ao presidente, é dada a oportunidade de falar, de coração aberto, ao Papa enquanto Estadista — dessa conversa, estou seguro, resultará proveito duradouro para toda a cidadania.

Esse serviço à causa da Igreja e à causa do Homem tem marcado de forma constante Seu Pontificado.

De um lado, o zelo pela teologia e a defesa de sua doutrina, o incentivo à ação missionária, a promoção do ecumenismo e a abertura ao diálogo inter-religioso, além do paternal cuidado pelo clero e pelos religiosos.

De outro lado, a luta cotidiana em prol dos direitos humanos, do mais elementar direito à vida ao mais nobre direito à liberdade de consciência e de prática de fé; a intransigente cruzada pela paz e pela justiça; o interesse diligente pelas prerrogativas das minorias; o ouvido sempre atento à queixa dos oprimidos; a voz sempre vigorosa em favor dos pobres, dos doentes, dos discriminados, dos migrantes e refugiados, dos deserdados da sorte — essa mesma voz que sempre se eleva na defesa do direito ao desenvolvimento.

Na história moderna, Beatíssimo Santo Padre, os efeitos de Sua ação pessoal têm sido extraordinários.

Quis o destino que Vossa Santidade se encontre entre nós, depois de amanhã, dia 16, quando celebramos o décimo terceiro aniversário de Sua eleição pelo Sacro Colégio dos Cardeais.

Quis, igualmente, o destino que a chegada do Papa a esta terra ocorresse em dia de júbilo para nós, dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira dos brasileiros, e no qual também comemoramos o Dia da Criança, por cujo bem-estar

e segurança nossa sociedade irá mobilizar-se ainda mais, com a força motivadora da Sua presença.

Pela segunda vez cabe ao Brasil a honra de receber Vossa Santidade em visita pastoral, que renova e fortalece os vínculos especiais existentes entre a Sé Apostólica e este País de imensa maioria católica.

O lado litúrgico de Seu intenso programa em nossa terra encontrará o ponto culminante na celebração da Santa Missa em Florianópolis, durante a qual será elevada à dignidade dos altares Madre Paulina, fundadora da Ordem das Irmãs da Imaculada Conceição.

Além de intercessora das graças divinas, ela será, doravante, por todos os títulos, mesmo para os brasileiros de outras crenças, figura emblemática das virtudes de dedicação ao próximo, de humildade perante a injustiça sofrida e de perseverança a serviço de um ideal.

As atividades pastorais de Vossa Santidade O levarão a defrontar-se com a realidade brasileira nos sucessivos encontros com os jovens e as crianças, com os indígenas, com os doentes, com os favelados, com os representantes de outras igrejas cristãs e da comunidade judaica, com o mundo da cultura e das artes.

Não que seja preciso ao Santo Padre informar-se sobre o Brasil; Vossa Santidade nos conhece bem.

Desde quando os jesuítas, há quase quinhentos anos, fundavam cidades e as primeiras "escolas de ler, de escrever e de algarismos", a inserção da Igreja na história de meu País é tão forte que se pode quase dizer que somos o que a Igreja nos fez.

Até hoje, continua a ser promordial a contribuição da Igreja para a vida do Brasil.

Se, na esfera política, o clero e as instituições leigas católicas competem livremente com as demais forças vivas desta Nação, na área social, a presença e a atuação da Igreja são extremamente importantes e ela se faz credora do reconhecimento geral.

De tudo isso, Vossa Santidade é mantido a par, por força da atividade diplomática da Santa Sé.

Inúmeras vezes, Beatíssimo Padre, na leitura de Suas Encíclicas de cunhos social, como de outros documentos pontifícios, reconhecemos a realidade da situação brasileira — semelhante à de outros países em desenvolvimento — e enchemos de ânimo verificar, ao mesmo tempo, o zelo de Vossa Santidade e Sua admirável profundidade de análise.

Seja-me permitido, apenas, nesse contexto, e para atualizar informações ante Vossa Santidade, uma vez que já transcorreu quase um ano do término das visitas *ad limina* dos Bispos brasileiros ao Pontífice, fazer-lhe breve referência a alguns programas nossos, que convergem com as permanentes preocupações do Chefe da Igreja:

— a reestruturação da economia, com vistas a alcançar maior eficiência e maior justiça na distribuição da renda nacional, mediante a valorização dos instrumentos de mercado, na linha preconizada por vários pronunciamentos de Vossa Santidade, tais como a Encíclicas *Laborem exercens*, *Sollicitudo rei socialis* e *Centesimus annus*;

— a proteção da infância e da adolescência abandonadas, sobretudo nos grandes centros urbanos, através de iniciativas abrangentes, visando a uma formação integral, como é o caso dos Centros Integrados de Apoio à Criança;

— a preservação do meio ambiente, por meio de inúmeros projetos de proteção e recuperação ecológica;

— a defesa dos indígenas e o incessante trabalho de demarcação de suas reservas;

— a intensificação dos esforços em prol da reforma agrária, visando à implantação segura e progressiva de uma estrutura fundiária mais justa, para proporcionar um meio de vida estável a milhões de famílias de colonos sem terra.

São essas, Santíssimo Padre, algumas das respostas que, no Brasil, com enormes dificuldades e ânimo inquebrantável, estamos procurando dar aos imensos desafios práticos da hora presente.

Todos os nossos esforços fazem-se sob o signo da democracia e da tolerância, com o objetivo último de criar uma sociedade justa e harmônica e que reflita, em sua pluralidade, os mais essenciais valores cristãos.

"O ensinamento social da Igreja", salientava recentemente Vossa Santidade a propósito de Sua Encíclica *Centesimus annus*, "não é senão um desenvolvimento orgânico da própria verdade do Evangelho: é o "Evangelho social" de nossos tempos."

Sabemos que a plena aceitação desse ensinamento não significa a automática solução dos problemas que a Igreja aponta e que, no caso do Brasil, todos reconhecemos e buscamos enfrentar.

Persistem óbices de natureza vária a dificultar a correção de situações de injustiça.

As grandes questões de nosso tempo não se resolveram com o esgotamento do conflito ideológico.

Vivemos em meio a grandes transformações, que têm exigido sacrifício igualmente grandes.

Nos países em desenvolvimento, muitos dos obstáculos ao verdadeiro progresso social derivam ainda de fatores externos, sobre os quais nossa capacidade de influir é restrita.

O comércio internacional, distorcido e limitado pelo protecionismo, não favorece a superação desse estado de coisas, agravado, ainda por cima, pela crise do endividamento, sobre o qual Vossa Santidade tem freqüentemente lançado Seu olhar atento e sensível.

Após haver ajudado a lançar os fundamentos da "casa comum europeia" e aberto novos horizontes a história dos povos do Hemisfério Norte, Vossa Santidade pode, sem prejuízo da missão de Pastor, usar o peso de Sua incontestável autoridade, em todos os foros internacionais, para melhorar as condições do resto do mundo, contribuindo para suprimir tantas injustiças que ainda subsistem no relacionamento entre os povos.

Quero renovar a Vossa Santidade, em nome de todo o povo brasileiro, a expressão de nosso contentamento por tê-Lo entre nós e formular os votos mais fervorosos de bom prosseguimento de Sua visita pastoral.

Quero também pedir ao Papa Suas generosas bênçãos sobre o Brasil e o Seu continuado interesse pelo destino desta nossa grande e querida Pátria.

Que Deus continue a nos ajudar!

"CATEDRAL VAI AGREGAR A FAMÍLIA MILITAR DO BRASIL"

Durante a missa na Esplanada dos Ministérios, ontem pela manhã em Brasília, o Papa João Paulo II disse estar satisfeito por abençoar a primeira pedra da futura catedral da Arquidiocese Militar do Brasil. A seguir, os principais trechos da homilia.

"A fé é o fundamento das coisas que se esperam e o argumento das que não se vêem" (HB 11,1). Portanto, pela

fé, de certo modo, superamos o limiar da realidade visível para entrarmos na invisível. O visível, de certa maneira, testemunha o invisível. O universo presta testemunho de Deus como o seu criador. Lemos na carta aos hebreus: "Pela fé reconhecemos que o mundo foi formado pela palavra de Deus, de sorte que o visível foi feito pelo invisível" (HB 11,3). O testemunho da palavra de Deus criador está, de certo modo, inscrito em toda a criação.

O Concílio Vaticano II ensina: "A Deus que revela deve-se prestar a "obediência da fé" (Rm 16,26 CF. Rm 1,5,2 Cor (10-5-6), pela qual o homem se entrega livre e totalmente a Deus, oferecendo-lhe "a plena submissão da inteligência e da vontade" e dando voluntariamente assentimento à revelação feita por ele.

A fé pois é um dom do mesmo Deus, que vem ao homem com a palavra absoluta, mas é, ao mesmo tempo, a resposta do homem, que procura sinceramente encontrar esta verdade: o encontro com Deus.

Hoje, na medida em que nos aproximamos do terceiro milênio da era cristã, são necessários homens de fé. Homens que sejam luz e força para uma nova sociedade: políticos, técnicos, administradores, educadores, funcionários públicos, empresários, trabalhadores da cidade e do campo... como eu disse na minha primeira viagem, em Salvador, aos construtores da sociedade pluralista: homens que pertencem a "uma sociedade que deve responder às exigências humanas, tanto ao nível dos bens materiais quanto dos bens espirituais e religiosos, uma sociedade fundada sobre um sistema de valores que a defesa das manipulações do egoísmo individual ou coletivo" (*Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, II, III, 2, pág. 157 — 7-7-90).

Para essa tarefa, é necessária a educação permanente da fé dos cristãos, especialmente dos que têm uma responsabilidade maior e mais direta na construção da sociedade. Exige-se a mesma dimensão da sua natureza, constituída de alma e corpo, pois ele foi chamado pelo Pai a tomar posse do reino dos céus, que lhe foi preparado (Cf. Mt. 25,34), decorre daí sua preocupação por descobrir o significado mais profundo deste mundo, que é obra do criador. Se o mundo saiu das mãos de Deus, se ele criou o homem à sua imagem e semelhança (Gen. 1,26), deve desentranhar o sentido divino que naturalmente possuem todas as coisas. Não existe, nem nunca existiu, incompatibilidade entre o saber humano e a fé. Desde o esforço intelectual mais profundo até o mais simples ofício manual, tudo pode e deve levar a Deus. Por isso, é necessário cultivar a fé de acordo com o nível cultural de cada um, com sua responsabilidade social e com sua própria capacitação profissional.

O que será "a nova sociedade" brasileira, como fruto da educação na fé?

A essa pergunta Cristo responde com as próprias palavras do Evangelho que hoje foram lembradas na liturgia: "O sal da terra, e a luz do mundo" (Cf. Mt. 5,13-14).

O sal que dá o bom sabor aos alimentos é a imagem do que deve ser o fruto da educação na fé que leva saúde espiritual e moral aos mais variados âmbitos da existência humana — o homem, a família, a comunidade, a sociedade. Desse modo, todos ficam protegidos contra a depravação, contra aquilo que Cristo disse que deve "ser lançado fora e pisado pelos homens" (Cf. Mt. 5,13).

É, ao mesmo tempo: a luz que resplandece para os outros que ilumina a todos "os que estão em casa" (Mt. 5,14), a vossa grande casa brasileira, possui muitos milhões de mora-

dores. A fé é luz que "não se coloca debaixo do alqueire, mas sobre o candeeiro". Que ela "brilhe... diante dos homens para que vejam vossas boas obras e glorifiquem vosso pai que está nos céus (Mt. 5,15-16).

Eis o que Cristo diz respondendo à vossa pergunta: O que é a fé, e o que é educar na fé para uma nova sociedade?

É com grande alegria que estou novamente em Brasília. O Papa está feliz vendo como cresceu, nestes últimos 11 anos, esta cidade menina que vai se tornando, efetivamente, o centro das grandes decisões nacionais. Os amplos horizontes que ele descortina do alto deste planalto recordam-lhe o sonho profético de Dom Bosco que tanto inspirou os fundadores da cidade.

Gostaria de aproveitar a ocasião para expressar a satisfação que me foi dada pelo querido irmão no Episcopado e Arcebispo Militar do Brasil, Dom Geraldo do Espírito Santo D'Ávila, ao me convidar para abençoar a primeira pedra da futura catedral da Arquidiocese Militar do Brasil, cujo título será Santa Maria dos Militares, rainha da paz.

Faço votos de que a edificação deste templo sirva para congregar mais a família militar do Brasil e se torne um grande centro da evangelização de todos, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, para cumprirem sua missão própria de serem garantia da paz, da liberdade e da justiça. Aos sacerdotes que estão desempenhando sua diaconia nas vilas militares, nos quartéis e nos vários destacamentos da fronteira, digo-lhes que se entreguem com amor e confiança ao trabalho, sem se poupar, levando o Evangelho onde o bem das almas os solicite.

Vão aqui, também, minhas palavras de agradecimento, ao dileto irmão no episcopado Dom José Newton de Almeida Baptista, que com tanta diligência e operosidade entregou-se a fundo a sua obra de pastor, não só na nova capital da República, como no ordinário militar. Que Deus o recomense e o abençoe.

"Sem a fé é impossível agradar a Deus." Sem a fé não é possível que a vida humana seja semelhante à de Deus. No entanto, esta é a vocação do homem. Disto depende seu bem e sua felicidade, não só temporal, mas eterna.

Deus, que criou o homem, à sua imagem e semelhança, dele espera que seja realmente semelhante a Ele. Deus quer que ele, como Abel, lhe ofereça o sacrifício dos frutos da fé e das boas obras. Deus espera que o homem se torne herdeiro daquela justiça, que o Evangelho lhe ensina, merecida por Cristo crucificado e ressuscitado, para a redenção dos pecados. Ao homem é concedida a justiça de Cristo "o primogênito de toda a criatura (Col. 1,15), através da fé peregrina em direção à terra prometida, à vida eterna em união com Deus.

Maria, a primeira que acreditou, a estrela da nova evangelização, invocada em todo o Brasil, como Nossa Senhora da Conceição Aparecida seja o modelo e a educadora da fé para os cristãos comprometidos na construção da nossa sociedade".

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge.

O SR. COUTINHO JORGE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, estivemos na Amazônia, participando de uma viagem, com o Sr. Governador do Pará, à famosa Transamazônica.

Lamentavelmente, a situação daquela rodovia nos indicava o abandono do Governo Federal, em relação à Amazônia.

Neste sentido, fizemos um longo pronunciamento aqui, no Senado. O Governador veio pessoalmente a Brasília, uma comitiva de lavradores aqui esteve também, e através de um esquema de pressão se conseguiu algumas promessas do Poder Executivo, na tentativa de solução daquele grave problema, que envolve mais de 12 milhões de pessoas.

Recentemente, estivemos novamente no Pará, e, nos reunimos na Assembléia Legislativa do Estado com os Prefeitos, com as Associações e Federações de Prefeitos no nosso Estado.

O que nós verificamos, após um debate prolongado, é que a situação brasileira está séria, e todos nós estamos de acordo com isso.

Mas a situação dos municípios está muito pior.

A maioria dos prefeitos propôs que se fechassem as prefeituras, em face da situação de penúria que elas se encontram.

Lembro aos Srs. Senadores que a Constituição de 1988 procurou melhorar as condições das prefeituras, ampliando os recursos do ICMS e os recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Hoje, após alguns anos da nova Constituição, o que se vê é que o FPM, que representa para os municípios pobres do Brasil praticamente 90% da arrecadação, no último ano está caindo de forma assustadora. Há prefeitos que alegam que este ano estão recebendo menos do que receberam no ano passado. Ora, pelo menos deveriam receber igual, e temos que considerar a inflação rigorosa, intensa, que assola o Brasil neste instante. A situação é de penúria, de abandono, de desespero.

Ficou decidido nesse encontro que todas as Associações de Prefeitos do Brasil iriam se reunir em Uberlândia, para se tomar uma postura nacional e poder montar uma estratégia de vinda a Brasília, através de uma marcha de todos os prefeitos, não para falarem com o Presidente, mas para acamparem aqui até encontrarem uma solução para os graves problemas dos municípios brasileiros. A situação é caótica. Como prefeito de capital que fui, como alguém que conheceu o problema municipal durante 10 anos, quando Secretário de Planejamento, posso afirmar com tranqüilidade que nunca a situação dos municípios esteve tão ruim como agora, refletindo a situação caótica do Brasil, a recessão grave, a situação difícil em que se encontra a realidade econômica e social do País.

Quero trazer esse alerta aos senadores, pois voltaremos a discutir o tema. Os prefeitos, em massa, breve estarão em Brasília, para tentar a sobrevivência do município, lembrando que é lá que o povo mora, vive; lá se sente os problemas mais de perto; lá o prefeito é compelido a dar uma solução. Temos, aqui, o Senador Almir Gabriel, que foi prefeito de capital e sabe como é difícil administrar as nossas capitais. Porém, muito mais difícil é administrar os nossos municípios do interior que dependem do FPM. Informo a V. Ex^a, Senador, que o FPM deste mês caiu praticamente 40% em relação ao outro mês, que já havia caído 30% em relação ao mês anterior.

Ora, a situação é caótica! A situação, realmente, faz com que os prefeitos não paguem as suas folhas de pagamento. Nem o aumento do salário mínimo para 42 mil cruzeiros, que é pouco, a maioria dos prefeitos da Amazônia e do Nordeste não pode pagar pois não dispõe da mínima condição para fazê-lo.

Portanto, a situação é grave, é séria e os problemas nacionais se refletem de forma muito mais aguda nos municípios

pobres do País e, sobretudo, nos municípios do Norte e Nordeste.

Portanto o alerta que faço ao Senado Federal é o de que em breve uma grande comitiva nacional estará aqui debatendo junto aos congressistas, junto ao Governo Federal, na tentativa de encontrar uma solução paliativa para esse grave problema que assola os municípios.

— Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez, regresso de uma viagem ao meu Estado, o Pará, com a convicção de que os municípios paraenses, como a maioria dos municípios brasileiros, estão prestes a decretar suas próprias falências. Digo isso com o coração repartido — de um lado a tristeza de ver que a célula miter de nossa república federativa está à mingua, e de outro, por não poder esconder a revolta pela situação catastrófica em que os municípios foram tangidos pela atual crise econômica que assola o País.

Depois de me reunir, durante horas, na sede da Assembléia Legislativa do meu estado, com os prefeitos presidentes de associações regionais dos municípios paraenses, onde ouvi relatos dramáticos, tomei conhecimento da real dimensão da crise financeira das prefeituras e portanto das consequências sócio-econômicas para os municípios.

Justamente, Srs. Senadores, no exato momento em que o Presidente Fernando Collor envia ao Congresso Nacional um pacote de medidas dentre as quais está a redução do percentual da cota-parte do ICMS devida pelos estados aos municípios, e já agora os nossos prefeitos mal conseguem pagar o funcionalismo municipal. O que virá depois? Que dizer das prefeituras pernambucas, que já suspenderam todas as obras iniciadas para o combate à seca, conforme notícia **O Jornal do Comércio**, edição do último dia 10, por causa da redução em vinte e nove por cento do fundo de participação dos municípios?

Por isso, no momento em que começamos a discutir o "Emendação", notícias até pitorescas começam a ser publicadas a respeito da situação dos nossos municípios. Que dizer do município de Abaetetuba, no meu estado, onde o prefeito João de Deus Ferreira — Presidente da Federação dos Municípios Paraenses — se viu obrigado a suspender o custeio da guarnição do corpo de bombeiros estadual ali instalado por falta de recursos? Tenho a impressão que os Srs. Senadores não de concordar comigo nesse aspecto. A situação de penúria em que se encontram os nossos municípios é fruto da atual crise econômica que o País atravessa. É, também, fruto da insensibilidade do Presidente Collor diante dos principais problemas nacionais que inevitavelmente desaguam nos municípios, pois o cidadão ali mora, e quando consegue emprego, trabalha.

Seria cansativo repetir aqui os já conhecidos males nacionais. Mas chamo os meus colegas senadores a uma reação patriótica diante da crise vivida pelas prefeituras brasileiras. Não podemos concordar com a redução da cota-parte do ICMS que é repassada aos municípios. Temos que lutar para que os recursos federais sejam aplicados com critério nos municípios, sem intermediação política de quem quer que seja. E digo mais. A todos nós é chegada a hora de lutar para que as decisões tomadas pelo Governo Federal sejam de comum acordo com que pensa a maioria da sociedade civil organizada e dos partidos políticos, chega de isolamento governamental.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria deixar registrado aqui, desta tribuna, que a maioria das nossas prefeituras não possuem sequer, dinheiro para pagar pessoal e muito

menos para atendimento à população: e por causa disso, em caravana, os prefeitos brasileiros virão a Brasília a fim de apresentar ao Governo e ao Congresso Nacional as preocupações, as sugestões e as reivindicações dos municípios.

Era o que eu desejava dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Antonio Mariz — Cid Sabóia de Carvalho — Dario Pereira — Fernando Henrique Cardoso — Garibaldi Alves — Guilherme Palmeira — Humberto Lucena — João Rocha — Josaphat Marinho — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Meira Filho — Moisés Abrão — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — A Presidência recebeu uma Mensagem nº 270, de 1991 (nº 561/91, na origem), de 17 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República solicita, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, autorização para contratar, mediante garantia da União, operação de crédito externo no valor de até oito milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos, para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 745, DE 1991

Requeiro, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento para prestar, perante o Plenário do Senado Federal, informações sobre as razões e fundamentos das Resoluções do Banco Central do Brasil, autorizado pelo Conselho Monetário Nacional, para que os cheques emitidos por correntistas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, então paralisados, fossem pagos sem nenhum controle de lastro, tendo, ainda, facultado o prazo de 48 horas a contar do fim da greve para a regularização dos saldos.

A desvalorização de 16 por cento do cruzeiro foi decidida pelas autoridades econômicas, na mesma data em que os funcionários do Banco do Brasil retornaram ao trabalho após sua prolongada greve. Com isso, os que sacaram sem fundo contra o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, a fim de comprar dólares, ficando com suas contas a descoberto num montante em cruzeiros medido pelo valor do dólar na data da compra, puderam, então, acertar suas posições no Banco do Brasil e na Caixa, pelo mesmo montante em cruzeiros, já que, a pretexto de não criar embaraços para a clientela desses bancos, durante a greve, a resolução do Banco Central suspendeu a cobrança de juros sobre os saldos devedores até o acerto final, estimado para 48 horas após o fim das greves, caracterizando, a ação fraudulenta.

Justificação

A recente greve dos funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal deflagrada no último dia 11 de setembro, estava marcada com larga antecedência por decisão de assembléias da categoria realizadas em todo o País

com ampla cobertura dos meios de comunicações. As reivindicações dos bancários eram conhecidas, assim como a contraproposta das direções das duas instituições públicas. O impasse era previsível, assim como a solução do conflito trabalhista através de recurso ao Tribunal Superior do Trabalho. Este tem sido o padrão das campanhas salariais de diferentes categorias profissionais nos últimos anos, notadamente no setor público, e não havia qualquer fato novo que indicasse que o atual movimento seria diferente.

Também era conhecido do público, e em especial dos operadores do mercado financeiro, que a pretexto de não criar embaraços para a clientela das instituições bancárias cujos funcionários estão em greve, o Banco Central tem adotado procedimentos inusitados, em flagrante violação das leis que disciplinam suas funções básicas e limitam suas prerrogativas. Assim, por ocasião da greve bancária em 1990, o Banco Central autorizou que a rede bancária privada, que retornou às operações normais antes que o Banco do Brasil, acatasse os cheques emitidos contra agências desta instituição independente de completar-se o ciclo da compensação, isto é, independente de verificação da existência de fundos.

Em razão dessa experiência, que na realidade já repetia fato semelhante, só que generalizado, quando do tumulto e total bloqueio da compensação bancária provocados pela total improvisação do Plano Collor I, todos os operadores de mercado prepararam-se, estocando talonários de cheques do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, para partilhar uma vez mais com o Banco Central da prerrogativa, que em geral é exclusivamente dele, de emitir moeda fiduciária sem lastro. Pois é justamente disso que se trata. No período da greve, autorizado por resolução do Banco Central que suponho previamente adotada pelo Conselho Monetário Nacional, qualquer portador de talonários dessas instituições públicas poderia emitir cheques contra a própria conta, depositá-los em outra conta própria ou de terceiros num banco que estivesse aberto e, no prazo de 48 horas de compensação para cheques da mesma praça, ou de um pouco mais para cheques de praças diferentes, sacar direto na caixa o dinheiro que tinha ou que não tinha depositado no Banco do Brasil e na Caixa. Se outro limite que não o determinado pela honestidade básica da esmagadora maioria da população brasileira, ou pela ambição desenfreada dos que têm recorrentemente se aproveitado das crises econômicas e sociais para pilhar o Tesouro, as instituições públicas e, enfim, o Estado.

Primeiro, emite-se o cheque contra a própria conta no Banco do Brasil ou na Caixa; claro, cliente acostumado a emitir cheques em valores elevados, em geral, é conhecido dos gerentes, de sorte que só recai suspeita se um pobretão qualquer, em vez de usar o revólver para assaltar o caixa, se meter a fazer a operação mais simples e menos arriscada de usar a caneta, como esses ricos espertos; o cheque, ou uma dúzia deles, uma vez depositados em outra conta numa agência em funcionamento, própria ou de um comparsa, transforma-se milagrosamente em dinheiro vivo 48 horas depois; com esse dinheiro, o emitente pode ir à Bolsa de Valores ou no mercado paralelo de dólar e se tiver sorte de lá não defrontar-se com baderneiros decididos a defender o Estado da pilhagem promovida pelos representantes da ordem, poderá adquirir dólares ou ações do Banco do Brasil de valor deprimido em face da manipulação do mercado pelos que justificam facilmente a manipulação oferecendo como motivo a própria greve; evidentemente, outras ações são arrastadas na baixa, principalmente de estatais, pelo que se acumulam

fortes posições em papéis a preço artificialmente deprimido; alternativamente, compras em larga escala são realizadas nas bolsas de mercadorias e, sobretudo, no mercado paralelo do dólar, e mesmo no mercado oficial do dólar em operações justificadas pelos múltiplos expedientes que nossos criativos banqueiros têm inventado para não deixar o negócio de divisas exclusivamente nas mãos dos marginais reconhecidos como tal; finalmente, a greve acaba, e os emitentes de cheques sem fundo têm 48 horas para regularizar seus saldos, de acordo com outra autorização do Banco Central que só não é mais generosa porque, conforme sabem todos, a própria lentidão da volta ao normal do sistema de compensação se encarrega de dilatar esse prazo, na prática, para até cinco ou mais dias; nesse período, há tempo suficiente para que, manipulando novamente os mercados, agora no sentido da alta, os mesmos operadores realizem seus lucros, desovando as compras anteriormente feitas no mercado em baixa, ou apenas se acomodando com os formidáveis ganhos patrimoniais obtidos.

É fácil deduzir que providências simples, a partir de uma investigação sumária conduzida pela Polícia Federal, com seu pessoal especializado em finanças, e eventual assessoria dos próprios funcionários do Banco Central e do Banco do Brasil, podem ser adotadas para frustrar essas gigantescas operações de fraude e apontar seus responsáveis. Primeiro, por ato administrativo, uma vez encerrada a greve no Banco do Brasil e na Caixa e iniciado o processo de acerto dos saldos, a autoridade pública deve determinar o fechamento, pelo prazo da volta ao normal do sistema de compensação e a finalização dos acertos, das bolsas de títulos e de mercadorias, a fim de que não haja chance de manipulação das altas para fechar as posições a descoberto e realizar lucros, todas as emissões de cheques do Banco do Brasil e da Caixa, datadas do período da greve, devem ser rastreadas e identificadas, para verificação de sua justificação negocial, atendo-se à necessidade da consolidação dos cheques emitidos pelo mesmo correntista e de rastreamento de operações cruzadas em conclusão fraudulenta; finalmente, convém verificar de quem exatamente partiu a iniciativa que levou o Presidente da República a propor alteração da Constituição para levantar o sigilo bancário de pessoas sob investigação, uma vez que o sigilo, em qualquer parte do mundo civilizado e até mesmo no Brasil atual, não protege suspeitos de fraude numa investigação formal. De sorte que, ou a sugestão pretende acabar com o sigilo bancário que protege o cidadão honesto da fúria persecutória de um Estado eventualmente em mãos de uma claqué autoritária, ou se trata apenas de um aviso sutil a comparssas para operar rápido em sigilo bancário as trapaças que somente o sigilo garantido pela convivência do poder administrativo, e não pela Constituição, permite ficarem impunes.

Em razão do exposto, tenho a honra de convidar o Senhor Ministro da Economia para explicar à Nação, através de exposição no Senado Federal, os motivos que levaram o Conselho Monetário, sob a presidência de Sua Excelência, a adotar medidas de tal gravidade e dano para os cofres públicos e o interesse nacional.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1991. — **Divaldo Suruagy**.

FO SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — A proposição será incluída oportunamente em Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimentos, que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 746, DE 1991

Requeiro, nos termos do art. 255, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais a respeito do PLS nº 173/91, que se encontra tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1991. — Senador **Almir Gabriel**.

REQUERIMENTO Nº 747, DE 1991

Requeiro, nos termos do art. 255, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais a respeito do PLS nº 145/91, que se encontra tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1991. — Senador **Almir Gabriel**.

REQUERIMENTO Nº 748, DE 1991

Requeiro, nos termos do artigo 255, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais a respeito do PLS nº 056/91, que se encontra tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1991. — Senador **Almir Gabriel**.

Os requerimentos serão votados após a Ordem do Dia. Esgotado o tempo destinado ao Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 78, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1991 (nº 184/90, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo celebrado em Brasília, no dia 15 de dezembro de 1989, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Latino-Americano de Física sobre suas obrigações, direitos e privilégios em território brasileiro. (Dependendo de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge, para proferir o parecer.

O SR. COUTINHO JORGE (PMDB — PA. Para proferir o parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em conformidade com o art. 49, inciso I da Constituição Federal, esta Casa é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1991, que “aprova o texto do Acordo celebrado em Brasília, no dia 15 de dezembro de 1989, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Latino-Americano de Física sobre suas Obrigações, Direitos e Privilégios em Território Brasileiro”.

O Centro Latino-Americano de Física (CLAF) tem, entre suas funções, a de realizar pesquisas científicas e organizar o ensino especializado no domínio das ciências físicas, estimulando a realização de trabalhos de pesquisa e realizando programas de treinamento de pesquisadores e professores universitários na América Latina.

Trata-se o Acordo em tela de um Acordo de Sede, pelo qual o Governo brasileiro reconhece ao referido Centro personalidade jurídica própria, e capacidade para adquirir direitos e contrair obrigações, com vistas à execução de atos jurídicos inerentes ao cumprimento de suas funções.

O Governo do Brasil reconhece, ademais, a Sede que o Centro estabeleceu no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, na cidade do Rio de Janeiro, e atribui ao CIBAF os privilégios e imunidades necessários para o exercício de suas funções e realização de seus propósitos.

Ressalta a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores que, uma vez que vinha o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, desde 1980, arcando com as responsabilidades financeiras junto ao CLAF, a existência de um Acordo de Sede muito contribuiria para o desenvolvimento da pesquisa daquele Centro.

Em vista do exposto, e por revestir-se, a aprovação do acordo em tela, de inegável importância para a comunidade acadêmica latino-americana em face das relevantes funções desempenhadas pelo Centro Latino-Americano de Física na formação e treinamento de pesquisadores e professores universitários da área das ciências físicas, manifestamo-nos pela aprovação do Acordo em exame, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — O parecer conclui favoravelmente à matéria.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada nos termos do art. 168, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Item 2:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 79, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 1991 (nº 168/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Co-Produção Cinematográfica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em Luanda, a 28 de janeiro de 1989. (Dependendo de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Gabriel, para proferir o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. ALMIR GABRIEL (PSDB — PA. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em conformidade com o art. 49, I, combinado com o art. 84, VIII, da Constituição Federal, submete o Presidente da República ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Co-Produção Cinematográfica, firmado a 28 de janeiro de 1989, em Luanda, pelo Governo da República Federativa do Brasil e pelo Governo da República Popular de Angola.

Submetida ao exame das Comissões de Relações Exteriores, de Constituição, Justiça e Redação, e de Educação, Cultura e Desporto, da Câmara dos Deputados, foi a matéria aprovada por unanimidade em todas elas.

Na Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem presidencial esclarece o então Ministro das Relações Exte-

riores que o objetivo do Acordo ora em exame é o de aproximar as cinematografias do Brasil e de Angola, através do estabelecimento de mecanismos que prevêem a concessão de facilidades para a produção de filmes conjuntamente por cineastas dos dois países. Tais mecanismos possibilitarão um maior intercâmbio entre diretores, técnicos e atores do Brasil e de Angola.

Insere-se ademais o Acordo em tela nas atuais diretrizes da política externa brasileira, que vêm privilegiando o estabelecimento de laços estreitos entre o Brasil e os países que com ele compartilham língua e origens culturais.

Conforme assinala a exposição de motivos encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores, o dispositivo contido no parágrafo 1º do art. I, que Declara serem nacionais nos dois países as co-produções realizadas nos termos do Acordo, permite-lhes usufruírem dos benefícios de que estes gozam nos respectivos mercados.

Portanto, em razão dos elevados objetivos do Acordo, votamos pela sua aprovação, nos termos do Decreto Legislativo a esta Casa encaminhado pela Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — O parecer é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria fica adiada nos termos do art. 168 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Item 3:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 1991 (nº 78/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o Texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Bangladesh. (Dependendo de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Paulo Bisol, para proferir parecer.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL (PSB — RS. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o presente Projeto de Decreto Legislativo de nº 81, de 1991, visa ratificar, de acordo com o texto constitucional vigente, nos termos do art. 49, inciso I. Trata-se de acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Bangladesh, finalizado em Brasília, em 27 de setembro de 1988.

O acordo tem a finalidade precípua de incentivar a cooperação entre os dois países referentes às artes, educação, ciência e tecnologia, pesquisa, imprensa, rádio, televisão, filmes, turismo e esportes, através do intercâmbio de professores e escritores, artistas, cantores, desportistas, bailarinos, regentes, escultores, arquitetos e estudantes de nível pós-graduação,

assim como, intercâmbio de livros, publicações culturais e de missões educacionais de interesse recíproco.

É o relatório.

II — Parecer

Do ponto de vista do mérito somos favoráveis ao Projeto de Decreto Legislativo que visa incentivar e promover a Cooperação Cultural e Educacional celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Popular de Bangladesh.

Determina o acordo, que as partes contratantes assinarão, de comum acordo, e em nível governamental, um programa de intercâmbio cultural bienal cujo prazo de vigência será de cinco anos, podendo ser renovado, automaticamente, por igual período de tempo, se houver interesse das partes contratantes. Antes da data de expiração do prazo do acordo, a parte interessada no término do mesmo, notificará a outra de sua intenção, no prazo de seis meses, de acordo com o que reza o art. IX do projeto em exame.

Conforme o relatado, este ato institucional acarretará a aproximação dos Estados Signatários no âmbito educacional e cultural, e, uma vez que o presente Projeto de Decreto Legislativo não padece de qualquer obstrução em termos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, atendendo, assim, àqueles pressupostos que asseguram a sua tramitação normal, recomendamos sua aprovação.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — O parecer é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer Uso da palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada, nos termos do art. 168 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Item 4:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1991, de autoria do Senador João Rocha e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao inciso V do art. 37 da Constituição Federal. (4ª sessão de discussão.)

Em obediência ao disposto no art. 358, § 2º, do Regimento Interno, transcorre hoje o quarto dia para a discussão da proposta e apresentação de emendas, assinadas por um terço, no mínimo, da composição da Casa.

Em discussão a proposta, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão terá prosseguimento na sessão da próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Item 5:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1991, de autoria do Senador José Richa e outros Senhores Senadores, que altera a redação do caput do art. 2º e o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo

PARECER favorável, sob nº 377, de 1991,

— da Comissão Temporária, com votos vencidos dos Senadores Hugo Napoleão e César Dias (3ª sessão de discussão.)

Em obediência ao disposto no art. 358, § 2º, do Regimento Interno, transcorre hoje o terceiro dia para a discussão da proposta e apresentação de emendas, assinadas por um terço, no mínimo, da composição da Casa.

Discussão da proposta, em primeiro turno. (Pausa.)

O Sr. José Richa — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. JOSÉ RICHÁ (PSDB — PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não era o meu propósito voltar a discutir a emenda por mim apresentada. Mas a *Folha de S. Paulo* de hoje traz uma matéria, que eu gostaria de comentar, atribuindo ao Presidente da República a preocupação de que a nossa emenda, propondo a antecipação do plebiscito, seria um golpe contra a duração do mandato de Sua Excelência.

Ora, Sr. Presidente, em primeiro lugar, duvido que o Presidente da República tenha sequer insinuado coisa semelhante, porque, no mês de abril, fiz parte de uma comissão do PSDB que visitou Sua Excelência, para discutir especificamente o sistema de governo e a data mais adequada para a realização do plebiscito. E ouvimos de Sua Excelência — e Sua Excelência não fez nenhum segredo disso, tanto é que nos autorizou até a divulgar — que Sua Excelência acharia, como nós, a data que atualmente a Constituição preconiza inadequada para a realização do plebiscito.

Isso não é nenhuma novidade; salta aos olhos, ao bom senso de cada observador, por menos atento que seja aos fatos políticos, que é impossível este País permitir que na data atualmente preconizada pela Constituição se faça um plebiscito isento de influências emocionais. A questão do sistema de governo é uma questão politicamente revolucionária. O povo vai ser chamado, no dia do plebiscito, a escolher a forma e o sistema de governo. Portanto, essa decisão teria que ser tomada num momento absolutamente equidistante de campanhas eleitorais e, conseqüentemente, isento de qualquer tipo de influência emocional.

O Presidente da República fez questão de colocar que é parlamentarista e que gostaria de reafirmar aquilo que já tinha afirmado na campanha eleitoral, ou seja, que queria ser o último Presidente presidencialista e ser, assim, o instrumento da transição do sistema presidencial para o sistema parlamentar de governo.

Sua Excelência chamou a atenção sobre dois pontos importantes nesta questão: a data do plebiscito e o modelo de parlamentarismo, que no seu e no nosso entender — houve coincidência absoluta de pontos de vista — teria que ser pelo menos delineado antes do plebiscito. Assim, ao votar no plebiscito, o povo não estaria dando ao Congresso Nacional um cheque em branco, para que, depois da decisão, eventualmente a favor do parlamentarismo, ele ficasse com plenos poderes para idealizar o modelo de parlamentarismo que bem entendesse para o Brasil.

Na discussão desses dois pontos, a data do plebiscito e do modelo, Sua Excelência fez questão de adiantar a sua opinião a favor da antecipação do plebiscito, porque não seria possível realizá-lo em 1993, praticamente no início das articulações partidárias para a indicação de candidatos à Presidência da República, aos Governos de todos os Estados do Brasil, a dois terços do Senado, à totalidade da Câmara e à totalidade

das Assembléias Legislativas. Disse-nos também — e é dever de justiça que eu aqui o registre — que ainda não tinha opinião formada sobre qual a data ideal para a realização do plebiscito; apenas fez questão de frisar que a data atualmente marcada pela Constituição era inoportuna.

A respeito do modelo, Sua Excelência achou importante que o grupo parlamentarista definisse, antes do plebiscito, que modelo pretendia adotar, se vitorioso o parlamentarismo.

E ainda fez questão de dizer: eu não gostaria de interferir nesses dois pontos, não quero interferir, porque acho que é uma decisão política, a definição desses dois pontos, e acho que o Congresso e os partidos políticos teriam que ter total liberdade para tomar a decisão melhor para o País.

Deixou bem claro que era importante a questão ser negociada no Congresso Nacional e entre os partidos políticos. E da parte de Sua Excelência não haveria nenhuma objeção a que a decisão tomada pelo Congresso, de comum acordo com os partidos políticos, fosse por ele acatada.

Estimulados por essa isenção do Presidente tratamos de apresentar uma emenda constitucional, que trouxesse o plebiscito para uma data mais oportuna, e tratamos, também, de organizar um grupo de trabalho suprapartidário; são 25 parlamentares, aproximadamente, representantes de todos os Partidos políticos.

É bem verdade, quero registrar, por uma questão de justiça, que nenhum dos que estão participando deste grupo de trabalho representa oficialmente seus partidos, nem eu próprio, que o meu Partido tem no seu programa o parlamentarismo como modelo de Governo, estou autorizado, a falar em nome do meu partido. E, portanto, quero também, por uma questão de justiça, fazer esta ressalva, com relação a todos os companheiros que fazem parte deste grupo de trabalho. Este grupo de trabalho, então, foi avançando num estudo de um modelo do parlamentarismo para submetê-lo à discussão da sociedade, de tal forma que haja um consenso entre os parlamentaristas a respeito do modelo que deve ser aprovado, caso nesse plebiscito, o parlamentarismo seja o sistema escolhido pelo povo.

O Sr. Guilherme Palmeira — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador José Richa?

O SR. JOSÉ RICA — Com prazer, ouço o aparte do nobre Senador Guilherme Palmeira.

O Sr. Guilherme Palmeira — Senador José Richa, tenho acompanhado a luta e o trabalho de V. Ex^a desenvolvido por este grupo que V. Ex^a citou, no qual me incluo. Quero aqui dar o meu testemunho. Primeiro, porque o Presidente da República declarou a V. Ex^a que, como parlamentarista, não tinha nada a opor ao problema da antecipação do plebiscito. Isso, Sua Excelência também a mim afirmou em diversas oportunidades. Ontem, ao tratar de problemas do meu Estado, tive a oportunidade de fazer uma ligação para o Presidente da República. Depois de tratarmos dos assuntos do Estado, informei que, possivelmente, na quarta-feira estaríamos votando a emenda de autoria de V. Ex^a que antecipa o plebiscito para 1992. Não senti da parte de Sua Excelência nenhuma reação, pelo contrário, afirmou-me Sua Excelência o Presidente da República, Fernando Collor de Mello, que era um problema do Congresso Nacional, que não cabia a Sua Excelência uma participação, com relação à antecipação do plebis-

cito. Ao mesmo tempo reiterou a sua posição de parlamentarista. E eu tive a oportunidade, também, de esclarecer que aqui foram feitos vários pronunciamentos, várias colocações, no sentido de que não havia, da parte de nenhum dos Parlamentares, a intenção de antecipar a implantação do parlamentarismo, porque o mandato do Presidente da República é sagrado.

O SR. JOSÉ RICA — É intocável!

O Sr. Guilherme Palmeira — É intocável. Então, estranhei a notícia. Não tive oportunidade de conversar com V. Ex^a, mas estava em meu gabinete, ouvi o início do seu pronunciamento e vim aqui para trazer o meu testemunho. O que falo não é em nome de ninguém, nem em nome do Presidente, mas é o resultado de uma conversa telefônica que, ontem, tive com o Presidente. Portanto, o que há, por parte de Sua Excelência, é uma intenção de neutralidade, e não de preocupação, porque não é essa a nossa intenção, nem a intenção do autor da emenda. Portanto, está aí a minha colaboração modesta ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ RICA — Fico muito tranqüilo com essa declaração do Senador Guilherme Palmeira e, aliás, eu já vinha, no meu pronunciamento, mantendo uma linha de não acreditar que o Presidente da República tivesse, efetivamente, feito qualquer declaração nesse sentido que o jornal lhe atribui, que: "Collor vê golpe em antecipar plebiscito".

Já fiz questão, Senador Guilherme Palmeira, de acentuar que eu estava fazendo um comentário a respeito dessa notícia e, ao historiar os fatos — sobretudo de abril, quando estivemos numa Comissão oficial do PSDB, para tratar exclusivamente da questão parlamentarista com o Presidente da República — ao fazer este registro histórico, procurei ser o mais isento possível, não dando nenhuma conotação, até mesmo no fato de o Presidente da República ter mostrado simpatia a favor do parlamentarismo. Também fizemos questão de fazer aquela visita a Sua Excelência, dizendo-lhe que íamos iniciar a deflagração do movimento em favor do parlamentarismo e que queríamos tranqüilizá-lo de que isso não tinha absolutamente nada a ver com o Governo de Sua Excelência.

A posição do nosso partido é absolutamente clara. Nosso partido, aqui, no Congresso Nacional tem procurado, em todas as questões importantes para o País, colaborar com quem quer que seja, principalmente com o Presidente da República, que é quem tem a maior parcela de responsabilidade na condução das questões administrativas do Brasil.

Nas questões importantes, de iniciativa do Governo, sempre temos feito questão de reafirmar o nosso total espírito público, não querendo barganha de espécie alguma, pelo contrário, sempre deixamos bem claro que o PSDB está pronto a ajudar, até ser o intermediador de um processo amplo de entendimento nacional para tirar o País da crise, sem nenhum intuito de participação no Governo. E nós, que temos até um Governador de Estado, que no seio de todos nós peessedebista goza do maior e do melhor conceito, nunca condicionamos qualquer tipo de apoio parlamentar em troca de ajuda ao nosso Governador **Ciro Gomes**.

Portanto, estamos bem à vontade para falar sobre esta questão.

E, ao fazer o comentário sobre o que a **Folha de S. Paulo** traz hoje e com um título bastante preocupante, que o Presidente Collor vê golpe na antecipação do plebiscito, mais uma

vez, queremos reafirmar aqui a nossa posição, de que o mandato do Presidente, é intocável por duas razões, primeiro, porque Sua Excelência foi eleito com maioria absoluta, e este Congresso não tem autoridade política e muito menos moral de reduzir poderes que o povo outorgou ao Presidente Collor.

Segundo, pelas mesmas razões não teríamos, também, condições morais de ampliar os poderes dos Deputados, que não foram eleitos para isso.

Então, Sr. Presidente, não tem sentido nenhum, num movimento parlamentarista, mexer no mandato do Presidente Collor.

Em absoluto, não é intuito de nenhum parlamentarista. Pelo contrário, não queremos que haja antecipação na implantação do parlamentarismo, pelas mesmas razões que somos a favor da antecipação do plebiscito.

Queremos que entre a decisão, a respeito do parlamentarismo, que será dada no plebiscito, e a sua implantação, haja um tempo disponível para que possamos preparar o País para a prática parlamentarista. Entendemos que o sistema de Governo, por si só, sem os seus complementos, sem os seus desdobramentos, não vai resolver problema nenhum no Brasil.

Entendemos que a implantação do parlamentarismo — se o povo decidir isso no plebiscito — vai envolver uma série de outras decisões como, por exemplo, a organização da tecnoburocracia, até o nível de secretário-geral, para que não haja solução de continuidade administrativa quando houver quedas de gabinete.

Temos que mexer, por exemplo, na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, temos que fazer os partidos passarem por uma profunda revisão para que tenham condições de ser instrumentos adequados e eficazes na prática do parlamentarismo.

Temos que pensar na questão da fidelidade partidária porque só alguns anos depois de implantado na Itália o parlamentarismo, descobriram que a fidelidade partidária era importante para dar um mínimo de estabilidade aos governos de gabinete; temos que mexer no sistema eleitoral. É bem verdade que o parlamentarismo é compatível com qualquer sistema eleitoral, mas é evidente, pela prática de outros países, que o sistema distrital ou misto é um sistema eleitoral mais adequado à rapidez, à dinâmica do sistema parlamentar de governo.

Há uma série de desdobramentos e precisamos de tempo para isso; daí a razão de termos apresentado nossa emenda e termos muitos companheiros do Senado que também como nós, entendem que é importante antecipar o plebiscito, para termos mais tempo de preparar o País para a prática do parlamentarismo.

O Sr. Almir Gabriel — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ RICHA — Com muito prazer, Senador Almir Gabriel.

O Sr. Almir Gabriel — Em matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, há um período que diz: "Collor esclarece que, a rigor, nada há de errado na antecipação. Mas sim nos grupos que buscam usá-la para reduzir seu mandato". Nesta mesma página, há uma matéria da sucursal de Curitiba que fala de uma palestra feita pelo Advogado Ives Gandra, em que ele coloca a questão da necessidade de se discutir o parlamen-

tarismo, até porque, num determinado momento ele pode ser a solução adequada para a situação da ingovernabilidade que o Brasil estaria enfrentando hoje. Ele discorda, por exemplo, da questão do impeachment. Na mesma página, também se fala a respeito da posição de líderes do PT e do PMDB sobre a progressiva condição de esgarçamento da governabilidade nacional e que isso poderia também levar a uma situação de golpe por agravamento da crise. Num discurso que fiz aqui, a semana passada, coloquei muito claro que acho que os políticos brasileiros tomaram o vício de usar a palavra crise. Crise é a palavra que se houve há décadas neste País. Gostaria de substituí-la por problema, porque problema entende a possibilidade de busca de solução; enquanto que crise parece que todos se sentem bem em falar dela, mas se contentam em denunciá-la e ir para casa, mas não de buscar uma solução a ela adequada. Em todas as reuniões feitas pelo grupo, do qual V. Ex^a participa com extraordinária capacidade, tem ficado claro que a proposta de antecipação tem em vista todos esses pontos que foram arrolados por V. Ex^a: adaptação da Constituição, o preparo da burocracia nacional, enfim, o preparo do País para um novo sistema de Governo. Não ouvi, em nenhum momento, a discussão de que esse seria um remendo para a assim chamada "crise brasileira", em nenhum momento! De maneira que o que vejo, com muita preocupação, é que dentro da Fiesp, que pode e deve discutir as questões nacionais, inclusive as políticas, que lá e em outras áreas, parece se tentar pegar de carona, exatamente a discussão mais ampla que é a que está posta, a do parlamentarismo X presidencialismo e, em função dessa condição da carona, tentar conturbar a situação política e econômica brasileira. Acho que o discurso de V. Ex^a deve ser bem ouvido pela liderança do Governo a fim de tranquilizá-la nessa direção, até porque o nosso partido está envolvido nessa bandeira e não aceita, de maneira alguma, ser instrumento de golpe neste País, quando todos sabemos que o esforço maior da classe política brasileira seria deve ser o da institucionalização da democracia no Brasil.

O SR. JOSÉ RICHA — Perfeito! Agradeço a valiosa contribuição que V. Ex^a dá ao meu discurso. Creio que V. Ex^a fala por todos nós do PSDB. V. Ex^a coloca muito bem a questão e até me desobriga de aprofundar a questão.

Apenas gostaria de acentuar um dos pontos que V. Ex^a coloca em seu aparte: é possível que aventureiros, golpistas, queiram pegar carona no nosso movimento, mas meu caro Senador Almir Gabriel, Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho que está na hora de começarmos a confiar um pouco uns nos outros. Em nosso País a desconfiança generalizou-se de tal maneira que todas as pessoas são niveladas por, eventualmente, uma ou outra que queira tirar proveito de determinadas situações. Não, Sr. Presidente! Reivindicamos o respeito pela seriedade com que tratamos este assunto.

A totalidade dos parlamentaristas, pelo menos os desta Casa e os da Câmara dos Deputados, já cansaram de afirmar e reafirmar que não querem, em hipótese nenhuma, a antecipação da implantação do parlamentarismo, e, efetivamente, pensam e vão agir assim. Por isso, reivindicamos o respeito e a credibilidade que o nosso passado político nos recomenda.

Afinal, parlamentaristas como são todos os membros do PSDB; parlamentaristas como os Senadores Nelson Carneiro, Pedro Simon, Ronan Tito, Guilherme Palmeira e tantos outros companheiros de outros partidos, é impossível descre-

que homens com esse passado político vão querer se aproveitar de uma situação, eventualmente problemática, como bem acentua o Senador Almir Gabriel, para dar um golpe no Presidente Collor. Não teria sentido, seria uma coisa muito pequena para sequer passar na cabeça de alguém que possamos estar servindo de instrumento e até de inocentes úteis a quem pensa dessa maneira. Não descartamos a hipótese de que alguns cidadãos espalhados pelo Brasil queiram tomar carona no nosso movimento com outros objetivos menos nobres do que os nossos. Agora, Sr. Presidente, não era meu desejo, mas vou entrar no mérito da questão; será que a antecipação do plebiscito seria ruim para o governo? Ao contrário! Eu, por exemplo, penso que depois de um ano e meio em que o Presidente Collor, esforçando-se por tirar o País dessas dificuldades, teve até a ousadia de idealizar e implantar dois planos de estabilização da economia, de dimensões inéditas na História do Brasil e depois de fracassados é difícil, imaginar, não só para o Presidente Collor, mas para qualquer governo, em qualquer país do mundo, que haja condições de se criar, um novo plano econômico algum fato novo.

Então, penso que a essa altura dos acontecimentos apenas um fato político novo é capaz de criar condições para o Governo ter um outro fato econômico capaz de trilhar o caminho da estabilidade econômica. Esse fato econômico, tenho para mim, está sendo propiciado por essa emenda, porque a partir do instante em que o Congresso Nacional autorizar a antecipação do plebiscito e, sobretudo, depois da realização do plebiscito, principalmente se no plebiscito for majoritária a vontade popular em favor do parlamentarismo, a meu ver estarão criadas as condições para uma extraordinária distensão política que vai favorecer um grande entendimento nacional em torno de um programa mínimo capaz de superar a crise econômica brasileira.

Fora disso, Sr. Presidente, não há condições. Até agora tenho desafiado muitas pessoas que me apontem um só país que, mesmo em tempo de guerra, foi capaz de costurar entendimento nacional sob a égide do presidencialismo. Agora, no parlamentarismo, há muitos exemplos. Citaria Espanha e Portugal mais recentemente. O da Espanha é um dos exemplos contemporâneos mais marcantes — o Pacto Político de Moncloa — mas sob a égide do parlamentarismo, e não do presidencialismo.

O presidencialismo é o sistema de Governo cuja essência é o conflito; é o conflito de idéias, é o conflito ideológico, é o conflito partidário. A essência do parlamentarismo é a conciliação, porque não há governo sem maioria permanente, nem para constituir-se nem para sustentar-se no poder. Essa maioria só pode ser formada através de uma coligação de partidos, e uma coligação hoje pode ser inviabilizada um mês ou alguns meses depois, e nova coligação tem que ser formada. Por isso, não há partido que feche as portas a essa idéia.

Portanto a essência da prática parlamentarista de governo é exatamente a conciliação, é a tolerância. Por isso, Sr. Presidente, quando apresentei esta emenda não alinhei nas justificativas — está aí na Ordem do Dia para quem quiser compulsar —, em nenhum momento, que antecipação seria bom para a crise. Entretanto, ela é ótima para a crise política. Alguns podem até estar preocupados com o fato de a notícia ter chegado, em um jornal de responsabilidade como a **Folha de S. Paulo**, a merecer tanto destaque. Alguém pode estar pensando realmente em dar o golpe, mas não é a nossa inten-

ção! E reivindicamos para nós pelo menos o respeito da credibilidade as nossas intenções.

Reconheço, por outro lado, que, se a nossa emenda tem alguma conotação com as dificuldades atuais que o País atravessa, sobretudo com a crise presidencialista que o Governo enfrenta, ela, ao invés de agravar, tem até a possibilidade de ajudar na solução, à medida em que, no meu entendimento, aprovada a emenda, haverá uma natural distensão. E a distensão favorecerá um grande entendimento nacional.

Até mesmo, Sr. Presidente, por uma questão de convicção: nós, parlamentaristas, não queremos que, ao ser implantado o novo sistema em 1995, herdemos uma situação como esta! Não somos malucos! Pelo contrário, adotado no plebiscito o parlamentarismo, todos nós, parlamentaristas, vamos fazer esforços até sobre-humanos para ajudar o Presidente Fernando Collor a sanear as finanças do País, a retomar o crescimento da economia, a distribuir justiça social, para que o novo sistema, ao ser implantado em 1995, já não seja olhado pelo povo como um sistema milagroso.

Pelo contrário, Sr. Presidente, tenho afirmado que não há forma ou sistema de governo que sejam milagrosos o suficiente para, por si só resolver a questão. Não há! Em qualquer forma ou sistema de governo, sempre a solução dos problemas de uma nação vai depender de pessoas. Só que no parlamentarismo é possível substituir as pessoas. Aí, a meu ver, está a grande vantagem do sistema parlamentar de governo.

Portanto, Sr. Presidente, quero, ao encerrar meus comentários a respeito da notícia veiculada na **Folha de S. Paulo**, que nos surpreendeu a todos, em primeiro lugar, julgar que o Presidente não tenha dado esse tipo de declaração. Deve ter sido mais um tipo de intriga daqueles que, querendo confundir o quadro político atual, sobretudo na véspera de se votar essa emenda, estão tentando jogar argumentos, para espalhar a confusão.

Prefiro acreditar no que o Presidente Collor nos disse em abril deste ano, que vê com simpatia a questão da revisão da data do plebiscito, é parlamentarista, deseja ser o Presidente da transição para o parlamentarismo no Brasil e respeitará, neste campo, qualquer decisão que o Congresso adotar.

Ao final, quero tranquilizar a todos os que, nesta Casa, são partidários do Presidente Collor. Estamos convencidos de que a nossa emenda vai ajudar o Presidente Collor e nunca atrapalhá-lo. E podem os partidários do Presidente Collor ter a certeza de que nós, aqui, resistiremos e não permitiremos em hipótese nenhuma que a antecipação do plebiscito sirva de pretexto para os golpistas quererem antecipar a implantação do parlamentarismo. Para nós, as datas e a vontade popular são coisas sagradas; portanto, a data de implantação continuará sendo 1995, para se respeitar o mandato do atual Presidente, Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — A discussão da matéria terá prosseguimento na sessão da próxima segunda-feira.

Está finda a Ordem do Dia.

Fica adiada a votação dos Requerimentos nºs 746 a 748/91, de autoria do Senador Almir Gabriel, lidos no Expediente da presente sessão, em virtude da falta de **quorum** para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos:

Concedo a palavra ao nobre Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL (PSB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tenho certeza de que, a esta altura dos trâmites, se me chamasse Vinícius de Moraes não faria um poema para os fins dos trâmites de um sábado, faria um poema para os fins dos trâmites nas sextas-feiras. Mas mesmo assim vou deixar um registro aqui, porque ele me parece significativo.

No ano passado, Sr. Presidente, fiz alguns pronunciamentos aqui sobre a questão da venda dos imóveis funcionais. Entre outros, manifestei, como juiz, a minha rebeldia à possibilidade de que magistrado pudesse comprá-los. E eu disse — está aí nos arquivos, está aí nos Anais — que o Juiz não poderia ser beneficiado com essa medida porque ele iria julgar as ações.

Pois essa venda de imóveis funcionais, que custou suor e o sangue de todos os brasileiros, é um escândalo. Hoje o *Jornal de Brasília* registra que, à custa de decisões iníto litis, liminares judiciais, os imóveis estão sendo vendidos pelo valor de 80% do valor que havia sido definido na avaliação inicial. Em suma: se um apartamento de três quartos, um apartamento das Superquadras Sul, custa suponhamos — e acho até que custa mais — 25 milhões, os apartamentos funcionais nas mesmas condições estão sendo vendidos por 5 milhões. Cinco milhões não compram o pior automóvel do Brasil neste momento. Estamos generosamente doando o sangue e o suor de milhares e milhares de brasileiros para um pequeno número de privilegiados. Dentre esses privilegiados estão privilegiados em todas as extensões e dimensões sociais. Estão pessoas afortunadas, estão até Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Eu disse, em um dos diversos pronunciamentos que fiz sobre este assunto, no ano passado, que iríamos chegar a um ponto que teríamos de abrir uma comissão de inquérito.

Vou fazer, inicialmente, uma sindicância pessoal, e, dependendo dos resultados, isto é, se eu verificar que estão envolvidos apartamentos de grande valor beneficiando magistrados, promotores de justiça, etc., vou pedir a abertura da comissão, porque não se trata de uma corrupção só perdulária na doação generosa desses apartamentos, trata-se de uma instituição que está se suicidando. E ela é a mais importante instituição, do ponto de vista da sobrevivência da cidadania.

Não estou afirmando, estou querendo saber se essas decisões judiciais, como havia previsto como probabilidade, estão beneficiando os juizes. Se eles também têm uma redução de 80% no preço, se a decisão deles diminuiu no preço do apartamento deles 80%, porque, então se trata de decisão de fazer sentença: na ação onde a gente é parte, se trata de ser parte interessada e decidir a questão.

Quando esse assunto foi discutido, uma das pequenas e humildes afirmações que fiz era de que dispúnhamos da maior imobiliária do mundo. A soma desses apartamentos compunha a maior imobiliária do mundo. Se nós elaborássemos uma lei que fizesse o funcionário público pagar o justo aluguel, porque todo mundo que não é proprietário paga aluguel justo, no sentido social do conceito, o Brasil estaria menos mendicante, e seriam desnecessárias medidas para reduzir o salário dos operários e reduzir o vencimento dos servidores. Se põe dinheiro fora por um dos lados e se retira o minguado dinheiro desses servidores. Se faz um Emendão para atingir a estabilidade de servidor público e se joga fora uma fortuna espetacular em prédios, em apartamentos, e, a pretexto de

acabar com uma corrupção que realmente existia, pois todo mundo morava de graça e o Estado ainda fazia as reformas necessárias a sua custa, havia corrupção — pois, a pretexto de acabar com esta pequena corrupção, se fez a grande, a maior. O Brasil está doando residências, e algumas são imperiais.

Dizem as notícias que nem todas as liminares são concedidas, porque há jurisprudência oscilante, e que a questão aí está em termos de liminares não há uma decisão final.

Para terminar este pronunciamento, vou fazer uma observação que, amanhã, pelo menos, poderá ser meditada. Quando o Presidente Fernando Collor de Mello demitiu o Governador do Amapá, José Nova da Costa, S. Ex^a ajuizou junto ao Supremo Tribunal Federal uma ação competente, pedindo uma liminar. Porque se S. Ex^a descesse do governo não voltaria mais. Para o meu espanto, essa liminar — não conheço o ex-Governador do Amapá, não tenho nenhuma relação com S. Ex^a — não foi concedida. Evidentemente, a ação perdeu o seu sentido, porque passou o tempo e ela foi arquivada. Vejam V. Ex^a, um Ministro do Supremo Tribunal Federal tem que ter condições de avaliar essas coisas. É óbvio que se alguém está se demitindo do Governo de um Território que vai ser transformado em Estado, se uma das disposições transitórias da Constituição diz que, até que ocorra a transformação, o Governador nomeado permanecerá, e se ele entra em juízo e diz: “Olha, estão me pondo na rua e a Constituição diz que vou ficar até que seja transformado em Estado este Território”, e não conceder a liminar, é a mesma coisa que prejudicar. É não dar a menor chance, é a arbitrariedade jurisdicional porque a jurisdicionalidade tem toda a sua grandeza e beleza justamente na sua revisibilidade, na possibilidade de alguém réver.

Outro exemplo: há dois meses, o meu partido, no Rio Grande do Sul, entrou com uma ação direta inconstitucionalidade contra uma Portaria que permitia a caça. É claro que o Ministro tem que ler isso e perceber que, ou ele cede imediatamente à liminar ou não tem sentido, porque o período de caça é de cerca de dois meses. Noutro dia, o Ministro trouxe para a sessão esta ação, disse que estava prejudicada, e arquivou.

Qualquer pessoa que saiba raciocinar um pouco percebe que quando se erra beneficiando A, ou A, B, C, isto é, quando se erra numa liminar, beneficiando A, B, C, é difícil decidir bem lá adiante, porque se decidir diferentemente estará cometendo injustiça àqueles em relação a esse, cometendo a injustiça da negação de isonomia, negação de igualdade de tratamento.

Liminar não é brinquedo, liminar é um despacho pré-sentença definitiva, de capital importância, e esse assunto não pode continuar em liminar. A justiça tem que dar a sua decisão, tem que percorrer toda a dimensão recorível, para que seja definida de uma vez por todas, sob pena de vermos se desagregar mais uma das três grandes instituições nacionais, que é o Poder Judiciário. E isso vai atingir não só os juizes que compõem, mas também toda a instituição.

Faço este registro para o efeito de anunciar que vou proceder a uma rápida sindicância pessoal, e se se confirmarem esses fatos, jornalisticamente colocados hoje, vou pedir a este Senado que cumpramos com a nossa missão: vamos abrir uma comissão de inquérito para apurar até aonde vai essa corrupção perdulária, que acabo, novamente, de denunciar. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. José Paulo Bisol, o Sr. Magno Bacelar deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO — (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, dois assuntos me trazem hoje à tribuna do Senado. O primeiro é a visita do Papa ao nosso Brasil. Essa peregrinação que Sua Santidade está fazendo a várias capitais e rincões do nosso País.

Quero me congratular com o Presidente Fernando Collor, porque, hoje, Sua Excelência inaugura o primeiro CIAC de tantos que serão feitos em todo o território nacional.

É a bandeira que o Brasil mais necessita, a alfabetização.

Esse CIAC, que hoje será inaugurado, tem o nome de uma freira que foi um exemplo de santidade, que dedicou sua vida a ajudar os pobres e a minorar-lhes os sofrimentos. Sua Excelência o Presidente, homenageando indiretamente Sua Santidade o Papa, dá a esse CIAC o nome de Mãre Paulina do Coração Agonizante de Jesus.

Sr. Presidente, tenho absoluta certeza de que a classe política e os homens de bem que desejam ver um País melhor só podem apoiar fatos como esse, dando ao Presidente da República, dando ao seu Governo, meios para que esses CIAC sejam instalados em todo o território nacional.

Acho que o Senador João Calmon, o nosso papa, o nosso irmão de luta pela educação no Brasil, deve estar muito satisfeito hoje com a inauguração dessa obra que se concretiza na Capital Federal, que significa uma bandeira de redenção do nosso País pela educação.

Parabéns, Presidente Collor, pela idéia de homenagear uma freira que tanto fez pelos pobres, desejando o bem deste País, justamente na hora em que Sua Santidade está a beatificá-la em nosso território.

Sr. Presidente, o segundo assunto que me traz à tribuna, é que, há sete meses, Joaquim Francisco tomou posse como Governador de Pernambuco. Seu governo está resgatando o programa de campanha.

Não era cômoda, Sr. Presidente, a situação de Pernambuco quando da posse do Governador Joaquim Francisco. Tomando posse, partiu para realizar as mudanças de que Pernambuco necessitava. Tal realização é uma grande tarefa, não há dúvida.

Para essa tão grande empreitada, cercou-se de uma equipe dedicada, séria e competente. Conseqüentemente, como coisa natural, as realizações de seu governo estão aí, a olhos vistos.

O que o Governador deseja é fazer de Pernambuco um estado próspero e justo.

Em menos de um ano de governo, Sr. Presidente, o atual chefe do Executivo pernambucano já pôde apresentar 66 realizações, com uma média de 9,42 obras por mês, o que é muito para um estado que sempre viveu em situação administrativamente difícil.

As realizações do governo de Pernambuco vão da união política de seus políticos em favor do Porto de Suape e da Ferrovia Transnordestina até à recuperação de áreas e ampliação da fiscalização de ações contra o meio ambiente.

Quando apalpamos as atuais realizações do governo Joaquim Francisco, vemos, Sr. Presidente, que suas metas estão

voltadas principalmente para as necessidades do homem, para o campo, para a natureza, para a cultura e para a eficiência do Estado.

Por isso, Sr. Presidente, a atuação do Governador Joaquim Francisco à frente do Executivo pernambucano merece nosso aplauso, acima de siglas partidárias ou simpatia política. Pois, neste assunto, minha independência de posição está acima de qualquer exame. Digo isso, Sr. Presidente, porque o programa do atual governo de Pernambuco, em campanha, coincidia em muitos pontos com o do meu candidato, Jarbas Vasconcelos, que tinha todo o meu apoio. E como, no governo, está executando o que defendia em campanha, e como seu programa está voltado para o homem, para o cidadão e seu bem-estar, eu só posso aplaudir.

São prioridades, Sr. Presidente, de todos os pernambucanos e de seu governo, as construções do Porto de Suape e da Ferrovia Transnordestina. Foi o que afirmaram, Sr. Presidente, todas as forças políticas expressivas do Estado, como o PFL, PMDB, PRN, PSB, PRS, PDT, PST e PSDB, numa reunião em Brasília, coordenada pelo Sr. Governador do Estado.

Sr. Presidente, a economia nordestina, como a de Pernambuco, precisa de revitalização. E a base econômica do estado de Pernambuco está necessitada, como Lázaro, de se erguer do túmulo. Daí a urgência de o Porto de Suape sair dos propósitos e cair na realização. Então, o atual governo implementou duas linhas regulares de navios para o norte da Europa e para a costa leste dos Estados Unidos e já há contratos firmados com produtores do Vale do São Francisco, em Pernambuco; do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte; do Vale do Jaguaribe, no Ceará; e com o armador Hamburg-Süd para escoamento, via Suape, da produção de frutas, como manga, uva, melão.

Suape está sendo considerado entre os onze portos estratégicos de todo o País, sendo incluído como obra prioritária do Governo Federal.

O governo de Pernambuco, Sr. Presidente, está lutando com todas as suas forças pela implantação da Ferrovia Transnordestina. Esta ferrovia é fator de desenvolvimento econômico do estado e, mais ainda, é condição *sine qua non* da viabilização do complexo portuário-industrial de Suape. Para que essa ferrovia seja implantada já se requer uma atuação implacável em duas frentes: a implantação do trecho Petrolina-Salgueiro, com 236 quilômetros; e a recuperação do trecho Salgueiro-Suape, com 637 quilômetros. Entre Petrolina e Salgueiro já foram executados 21 quilômetros, e as obras do trecho Salgueiro-Suape já devem ser iniciadas ainda este mês.

O Governo de Pernambuco, Sr. Presidente, faz do Aeroporto dos Guararapes uma obra necessária. Visa acabar com as restrições operacionais, para que qualquer tipo de aeronave opere no aeroporto, aumentando a faixa de segurança e ampliando as pistas de pouso. A obra dos Aeroportos de Guararapes está em andamento com a reforma do terminal dos passageiros.

As rodovias estaduais, Sr. Presidente, estão merecendo um grande cuidado do Governador Joaquim Francisco. A meta, com a recuperação das rodovias, é evitar a degradação total do pavimento, reduzir o número de acidentes, os custos operacionais dos veículos, o tempo de viagem. Com isso, quer-se aumentar o conforto e a segurança do tráfego. Para tanto, concluiu junto ao BID negociação dos anteprojetos, desdobrados em duas etapas, num total de mil cento e oitenta e cinco quilômetros. O contrato entre o Governo de Pernam-

buco e o BID será assinado ainda neste mês de outubro, e as obras terão início imediatamente.

As favelas, os conjuntos habitacionais e as áreas carentes serão urbanizadas. É a preocupação pelo homem e, principalmente, pelo homem mais necessitado da cidade. O que vai se realizar nessas favelas e conjuntos habitacionais é uma obra de infra-estrutura, buscando a melhoria da qualidade de vida da população, dando-lhe casa decente, luz, água e saneamento. Estão sendo reiniciadas as urbanizações nos núcleos de 27 de novembro, Caxangá-Ambolê, Ponte do Maduro, Conjunto Piripama, São Francisco, Ibura de Baixo, Zumbi do Pacheco, regiões situadas em Recife, Cabo e Jaboatão.

A urbanização de áreas carentes vão também aos municípios de Garanhuns, Vitória de Santo Antão, Timbaúba e Goiana.

O Governador Joaquim Francisco, Sr. Presidente, está decidido a um combate sem tréguas à sonegação fiscal, incrementando a receita tributária.

Até dezembro de 1991, quer implantar o sistema em seis postos estratégicos de fronteira (Xexéu, Goiana, Petrolina, Arcoverde, Bom Conselho e Salgueiro) com instalação de antena na Secretaria da Fazenda. Deflagará uma campanha de ativação de combate à sonegação fiscal, mediante a utilização da delegacia de crimes contra a Fazenda.

Sr. Presidente, há outros pontos de capital importância na realização do Governo de Joaquim Francisco. S. Ex^a está resolvendo o abastecimento de água da região Metropolitana do Recife com a barragem de Pirapama; está se prevenindo contra as enchentes, com a recuperação das barragens de Tapacurá, Coitá e Carpina. As vilas rurais estão merecendo seu cuidado para evitar as migrações do campo para as cidades.

Assim, grosso modo, podemos dizer, que já agora, o Governo de Joaquim Francisco pode apresentar 66 realizações, o que significa um governo já realizado.

Por isso, Sr. Presidente, o meu louvor a tão dinâmico governador, e enquanto S. Ex^a estiver trabalhando pelo povo de Pernambuco e a dinamização de nosso Estado, S. Ex^a não só terá o meu louvor como meu apoio entusiasta para o bem de todo aquele bravo povo que é meu povo também.

Tenho dito. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta semana, que ora se encerra, ocorreu o Dia do Professor. Não houve homenagem especial nesta Casa, mas todos nós, que aqui estamos, temos o dever de recordar os professores do nosso tempo.

Aluno de escola pública, na Bahia, com meus irmãos, conheci professores que se dedicavam da manhã à noite a ensinar; a remuneração era mesquinha.

Naquele tempo, mais do que hoje, quando havia falta de caixa, quem primeiro deixava de receber eram os professores, principalmente as professoras, aquelas que viviam nos municípios mais distantes da capital. Recordo a todos neste momento. E vejo que, para aprender, bastavam as salas alugadas; as salas de frente alugadas nos prédios de minha terra. A professora Marieta Baliere, minha primeira professora, tinha como local de trabalho a sala da frente da Rua Carlos Gomes 34. O Professor Pociônio Dias Coelho tinha como sede a sala de frente de um prédio na Rua da Moradia. E minha tia, minha última professora em escola pública, tinha

como sede uma sala de frente na Rua Areal de Lima. Quando vejo hoje, Sr. Presidente, esse alarido todo em favor de novos estabelecimentos, com todos os recursos, tenho saudade daquelas professoras, que, mesmo sem receber, durante meses, os seus vencimentos, não faziam greve. Ao contrário, vendiam seus vencimentos aos agiotas. Com grande deságio. Por isso, nesta hora, não quero saudar os professores que estão aqui. Quero recordar os professores daquele tempo distante, de 1915, 20, 25, 30, que ensinavam devotadamente, não faziam greves, não recebiam vencimentos. Os meninos, pobres como eu e os mais pobres do que eu, não tinham merenda; cada um levava de casa a merenda que era possível. Alguns, mais infelizes, não tinham sequer o que levar. Mas as aulas começavam às 8 horas da manhã e terminavam às 2 horas da tarde, com intervalo para a merenda, que nem todos faziam.

Quando vejo que hoje se instala o primeiro Ciac, um faustoso Ciac, em Brasília, recordo aqueles dias distantes. Já que nenhuma homenagem foi prestada àqueles mestres, quero aqui recordá-los. A primeira escola particular que frequentei, nos últimos momentos do curso primário, foi o Colégio Ipiranga, que, à época, era presidido pelo grande educador Isaias Alves de Almeida, e tinha sua sede na Rua do Sodré, na casa onde morreu e viveu os seus últimos anos Castro Alves.

Leio nos jornais da Bahia que essa casa está em deterioração. Terminará, portanto, muito em breve, essa recordação viva do maior poeta brasileiro de todos os tempos. Há parnasianos, há modernistas, mas o que perdurará sempre é a imagem de Castro Alves.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Nelson Carneiro, solidarizo-me com V. Ex^a pela lembrança que V. Ex^a está trazendo, neste momento, ao Senado, dos professores e das escolas de antigamente. Quando V. Ex^a falou nesse assunto, veio à minha memória os tempos em que eu estudava. Tinha eu 11 anos e vivia com o meu pai nos engenhos de Pernambuco. Havia uma escola no distrito de Jaboatão, que na época se chamava Muribeca, e todos os dias, montado no burrinho Chá Preto, eu percorria 3 léguas, ou seja, 18 quilômetros com uma pasta de madeira; eu colocava dentro dela os cadernos, porque podia chover, e sendo a pasta de madeira, não molharia os meus cadernos. Assim eu ia para essa escolinha cuja professora era Dona Salete. Saiba V. Ex^a que os meninos pobres, os mais necessitados, são hoje as grandes cabeças deste País — a maioria —, porque estudavam realmente. Portanto, solidarizo-me com V. Ex^a, pois já passei por isso. Naquela época, o ensino era sério. Eu andava 3 léguas, cerca de 18 quilômetros para ir à aula, sob o sol ou chuva, mas não perdia minha aula. Eu tinha o meu burro Chá Preto, enquanto a maioria ia a pé, com alpercatas, estudar. Traz aqui V. Ex^a, para memória desta Casa, um assunto com o qual concordo. Como Líder do Governo em exercício, quero dizer a V. Ex^a que me congratulei com o Presidente por esse CIAC. Mas estou colaborando também indiretamente, lembrando essa escolinha. Há um projeto, Senador, que está tramitando nesta Casa, sobre o qual já recebi ofícios de todas as partes do Brasil, no sentido de aproveitar os clubes de futebol, que, de segunda a sexta — a exemplo do que ocorre com o clube do Flamengo, Botafogo, ou outros clubes no

Rio de Janeiro — de segunda a sexta, repito, estão fechados, inclusive os parques esportivos. Por que não aproveitarmos também essas áreas para ajudar os clubes a pagar o débito imenso que têm na Previdência? Há um projeto de minha autoria, nesse sentido, que está tramitando, através do qual o Governo se propõe a alugar de segunda a sexta essas áreas. Os clubes terão o aluguel transformado e abatido no que devem à Previdência. Senador, a vontade do Presidente de fazer os CIAC no Brasil é férrea. Mas tenho minhas dúvidas se chegará à quantidade pretendida, porque falta verba. E esses CIAC que já estão montados — os clubes de futebol — do Oiapoque ao Chui, vão ajudar na alfabetização das crianças. Nesse instante solidarizo-me com V. Ex^a por esse pronunciamento, lembrando os velhos professores e as velhas escolas.

O SR. NELSON CARNEIRO — Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Minha intervenção não era no sentido de fazer críticas ao CIAC, mas recordar, na hora em que se instala o primeiro CIAC no Brasil, aquelas professoras que sem as facilidades, sem as comodidades de hoje, prestaram tantos serviços ao Brasil.

Lembro-me de que um dos primeiros projetos que apresentei na Câmara dos Deputados visava a possibilidade do ensino nas igrejas que ficam vazias depois das missas e permanecem vazias o dia inteiro.

Por que não se poderia, naquelas salas imensas, recolher os meninos da vizinhança para ensinar?

Evidentemente, encontrei sempre todas as resistências.

Mas não quero voltar ao assunto senão para lembrar, para homenagear aqueles professores e professoras anônimos da minha terra e do meu tempo que construíram e criaram, com a sua dedicação, gerações capazes de dar ao País a melhor contribuição.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Ouço com muito prazer a intervenção do nobre senador.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Senador Nelson Carneiro, quero congratular-me com V. Ex^a por essa feliz lembrança de registrar no Senado da República, em seus Anais, a passagem de mais um Dia do Professor. Quero dizer a V. Ex^a que também venho do Rio Grande do Norte, onde se fez um esforço educacional, em termos de pioneirismo, que não lembra em nada, não tem qualquer relação com esse fausto, como V. Ex^a diz, do CIAC de hoje. Não sei se V. Ex^a tomou conhecimento da campanha: “De pé no chão, também se aprende a ler”. Campanha feita, em termos revolucionários, pelo ex-Prefeito da minha cidade natal, Djalma Maranhão. Também não quero condenar os CIAC. Quero apenas dizer que a Educação sempre se fez neste País à custa de muito sacrifício; hoje, infelizmente, temos uma realidade muito difícil no campo educacional. Na hora em que V. Ex^a homenageia os velhos mestres, os mestres do passado, por que também não homenagear os mestres de hoje, a despeito de sabermos que muitas vezes alguns movimentos de defesa de reivindicações terminam levando a uma certa exacerbação? Na verdade, queria incluir no discurso de V. Ex^a, se assim o permitir, a homenagem aos mestres de ontem e aos mestres de hoje.

O SR. NELSON CARNEIRO — Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Os mestres de hoje têm sempre quem os defenda, quem os aplauda, quem os reverencie, mas os mestres de ontem, aqueles que já não estão no meio dos vivos, aqueles que não deixaram seus nomes nas ruas das cidades, esses mestres estão esquecidos, e esquecidos para sempre.

Isso não exclui a homenagem que todos devemos aos mestres de hoje, mas esses aí estão ao nosso lado, ainda merecendo as nossas homenagens e gratos às nossas intervenções em favor dos seus direitos e exaltação de suas virtudes. Pedi essa breve intervenção porque eu desejava referir-me àqueles mestres do passado que aqui não estão mais, que não têm quem os represente nesta Casa, nem neste País, senão os antigos alunos, os poucos que têm acesso às tribunas parlamentares.

Sr. Presidente, não excluo a homenagem aos mestres de hoje. Sei que eles sofrem muitas restrições e realizam o milagre de ensinar as novas gerações, vencendo as dificuldades que caracterizam a carreira. Mas a minha homenagem, para recordar o Dia do Professor é dirigida principalmente àqueles que já não estão entre nós, àqueles que caminham antes de nós para o desconhecido, onde, certamente, serão acolhidos pelo Senhor na sua generosa e infinita misericórdia. Presidente, sei que na Grécia, em Roma, não era necessário tanto esplendor para que se aprendesse, bastava uma rua e um aluno. Agora estamos evoluindo: queremos comodidades maiores, luxo, festas para instalar uma escola.

E será o caso de se perguntar: Quantas escolas iguais serão criadas no País e quantas poderão ser mantidas por essas municipalidades brasileiras, que vivem à míngua, apesar das sugestões contidas nesse famoso Emendão?

Ainda ontem, li no *Jornal do Brasil* que o Fundo de Participação aos Municípios representará, agora, 40% do que deveria ser pago.

Ora, veja V. Ex^a, com essa restrição, como podem os municípios responder por estabelecimentos faustos como o que hoje se inaugura, com creche, todos esses serviços anunciados pela imprensa?

Evidentemente, estamos pensando num Brasil que se chama Suíça; quando, cada dia mais, estamos sendo um Brasil que se chama Índia.

É preciso pensar não nos sonhos do futuro, mas nas realidades da vida e recordar que aquelas professoras que viviam numa sala de frente, alugada pela Prefeitura para as aulas, prestaram um enorme serviço a este País, e que, sem elas, não teríamos chegado aos dias de hoje.

Dá a minha homenagem ao professor, não tanto ao professor que continua, porque esse sabe que ainda há de ver dias do futuro, mas àquele professor que já não vê os dias do futuro, mas que foi, em grande parte, responsável pelo futuro deste País.

— Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A Presidência congratula-se com V. Ex^a pela presença doce e suave na tribuna desta Casa, nesta manhã, recordando os professores de antanho, os seus e os nossos professores.

Quando V. Ex^a falava, eu voltava à minha Laranjeiras e me lembrava da Professora Zizinha Guimarães, que ensinava nós desvãos de um sobrado; Dona Maria Caspino, que ocupava uma hemissala da casa de Laranjeiras; da Professora Emetéria, que ensinava na ante-sala da sua própria casa, e nem por isso deixaram de formar uma geração da melhor qualidade.

Lá nos ombreávamos todos, os que tinham alguma coisa, os que tinham pouca coisa e os que não tinham coisa alguma. Recorde-me, Sr. Senador, que, quando se encerravam as aulas, à uma hora da tarde, Laranjeiras era um som só; as crianças correndo de tamanco — tamanco de madeira — para casa; sabia-se que estavam encerradas as aulas pelo ressoar dos tamancos nos paralelepípedos de Laranjeiras.

Mas, Sr. Senador, ao lado dessas coisas, dessas singelezas, tínhamos professores como a Zizinha Guimarães, que ofereciam a formação primária sólida e se davam ao prazer de selecionar aqueles mais dotados intelectualmente para dar noções de francês, noções de esperanto, dar-lhes aulas de dança ou de ginástica. Era um fato interessante que os alunos que de lá saíam sempre galgavam os primeiros lugares nos exames de admissão na capital do meu Estado.

Daí por que, associo-me à homenagem singela, sentida e bela que V. Ex^a presta, nesta manhã, aos professores do Brasil. E, para concluir esta minha associação à sua homenagem, quero dizer também da homenagem que a Mesa presta hoje aos médicos deste País e do mundo inteiro no seu dia maior.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Rondônia está atravessando uma das piores crises da sua história e, nessa hora, todos os homens de bem têm que dar a sua contribuição. É isso o que tenho dito, nessa Casa, e, hoje, trago uma resposta, de um homem simples, um cidadão do povo, que ouviu os meus reclamos e me remeteu uma carta para dizer que estou sendo ouvido e para dizer que essa gente abandonada ao longo das linhas, no campo ermo, na floresta, decide fazer de mim a sua voz.

Quem me escreve, Srs. Senadores, é Geraldo Gonçalves, do município de Cerejeiras, no Cone Sul do meu Estado, uma terra rica, próxima à fronteira com a Bolívia, mas onde se vive mal devido ao descaso ao abandono e a corrupção das autoridades que devem ao povo obrigação de servi-lo mas que está, invariavelmente, por usurpar-lhe os seus direitos, desviando recursos destinados à melhoria da vida do meu povo. E isso não vem ocorrendo apenas em Cerejeiras. Tenho recebido as mesmas reclamações de outros municípios, como Guajará-Mirim, Colorado do Oeste, Cacoal Pimenta Bueno, Cabixi, Rolim de Moura, Espigão e Alvorado do Oeste. Enfim esse é o quadro, em todo o Estado. Sinto na carne o drama da gente simples do meu Estado porque sempre estou indo lá e sou testemunha do que me diz Geraldo em sua carta; muito mais do que revolta, o que sinto é vergonha, porquanto, em Rondônia, meu povo está a ermo, perdido no descaso governamental a que, sistematicamente, lhe renegou a administração pública. Diz Geraldo, em sua carta:

“É dramática a situação de Cerejeiras que, em face do racionamento de energia e da falta de iluminação pública, tornou-se uma cidade extremamente perigosa à noite, em cujas ruas escuras e desertas, qualquer cidadão “suspeito” de ter dez mil nos bolsos pode ser assaltado e assassinado estupidamente, como aconteceu na semana passada, com um pacato morador local.”

Sob o aspecto desta revelação, Srs. Senadores, esconde-se uma verdade tão límpida, transparente, que me abstenho de abordá-la, ou seja: a falta de segurança em Rondônia é um fato. Que o digam a morte de Olavo Pires, cujo aniversário

de um ano ocorreu no dia 16 de sobre o qual nada se fala, nada se fez; que o digam as milhares de famílias de Ariquemes impedidas de lutar pelo seu ganha-pão, no garimpo de Bom Futuro, fechado pelo Governador para favorecer as grandes mineradoras, indiferente à real situação do povo, que é de marginalização, a um passo, portanto, da criminalidade, da desobediência civil, porque falta administração pública em meu Estado; que o digam os colonos, proibidos de cultivar, de plantar, porque tornou-se, de súbito, um delinquente; que o diga a juventude sem trabalho, porque em Rondônia a geração de riquezas e novos mercados de trabalho tornaram-se crimes inafiançáveis.

Diz Geraldo, em sua singela missiva: “Além do racionamento domiciliar, a cidade apresenta quarteirões e até ruas inteiras sem uma única lâmpada elétrica, apesar da Ceron cobrar regularmente a taxa de iluminação pública”.

Ora, Sr. Presidente; Srs. Senadores: lamento profundamente ser obrigado, mais uma vez, a chamar a atenção de V. Ex^a sobre a difícil situação do meu Estado, uma vez que, em diversas oportunidades tenho afirmado que a crise brasileira se reflete com mais intensidade em Rondônia, outrora considerado o Eldorado Brasileiro.

Pensada a criação do Estado para ser algo planejado, de maneira a permitir condições não só de sobrevivência, mas de progresso àqueles que para lá se dirigiram os primeiros planos foram atropelados pela realidade brasileira que seguia um modelo de crescimento tremendamente concentrador, remunerando miseravelmente a mão-de-obra, tanto no setor agrícola, como no industrial. Assim, o afluxo de agricultores sem terra foi muito maior do que aquele previsto inicialmente. O Estado importou, também, práticas clientelistas, e de corrupção que vêm se agravando através do tempo.

Os diagnósticos da situação de Rondônia repetem-se há mais de um lustro, mas as medidas corretivas que, mesmo na opinião do mais empedernido liberal, devem ser tomadas pelo Estado, permanecem no papel. Hoje, praticamente não existe setor da sociedade que não se apresente em crise: saúde, ensino, saneamento, energia e agricultura, para citar somente alguns dos mais importantes.

E esta realidade o povo sabe, porque vive nela e sofre por isso. Daí a carta de Geraldo Gonçalves, que diz: “Diante dessa situação, fui procurado por diversos moradores que aterrorizados e indignados em face da total indiferença das autoridades locais, pedem a interferência junto à Ceron e à Prefeitura no sentido de tentar minorar tal situação, sem nenhuma dúvida, insuportável atualmente.”

Veja o que o Senhor pode fazer por nós, a partir de Brasília, já que em Rondônia não há mais para quem apelar”.

Curiosamente, Srs. Senadores, o relato apresentado na imprensa pelo atual Governador do Estado enfatiza suas gestões junto à LBA, um órgão de Assistência Social, o que parece evidenciar que já chegamos, no Estado, a uma situação de tremenda carência que só a caridade pública pode amenizar. Mas, nós sabemos porque existe essa situação, porque chegamos a ela. O que interessa nesse momento é que se faça uma grande discussão nacional em torno de um programa de governo, prioridade, partindo-se da premissa de que o dinheiro arrecadado seja convertido em benefícios a favor do povo e não se esvaia através da corrupção, nas taxas abusivas que consomem orçamentos, impossibilitando a realização de obras públicas nas áreas de saúde, educação, transportes, energia, enfim, da infra-estrutura necessária ao progresso e ao desenvolvimento.

É um absurdo ver os recursos federais perderem mais de 40% do seu valor entre Brasília e o Estado. Pois isso acontece em Rondônia. Quem não se lembra de quando a Petrobrás reativou o fornecimento de petróleo à Ceron, cinco meses atrás, quando o Estado, por conta de dívidas passadas, esteve verdadeiramente em **black-out**? E o dinheiro destinado ao Estado não se evapora apenas nessa área da iluminação pública, que tanto preocupa o povo de Cerejeiras e de outros municípios, porque esta realidade se repete em inúmeros lugares de Rondônia. Ora, se o empreiteiro, o construtor que pega os recursos tem que pagar os 40% de ágio (diga-se de corrupção), o que vai sobrar em obras para os Estados? É um dinheiro que fica nas mãos dos agentes do Governo, que se apropriam do erário. De que adiante pagar impostos quando se sabe que o dinheiro, ao invés de servir às causas do povo, é roubado, surrupiado, consumido na corrupção? Precisamos que Rondônia, e o Brasil, sejam sérios, que homens íntegros assumam o poder e que, sobretudo, façam da sua ação de governo algo incorruptível, ou, ao menos, que se crie um código moral, ético, onde se limitem as taxas de intermediação.

Enquanto isso, Rondônia vive o descaso e os planos para revitalizar a economia do Estado, principalmente o Planaforo, continuam aguardando nas gavetas governamentais. O mesmo ocorre com o Programa de miniusinas, de fácil execução pelo pequeno vulto de investimentos que requer, e nem esses poucos recursos são postos à disposição de Rondônia.

Em meu nome, em nome do povo rondoniense, que represento, faço um apelo dramático ao Governo Federal para que coloque à disposição de Rondônia recursos indispensáveis às áreas de saúde, educação, estradas e energia elétrica, a fim de que Rondônia não desapareça do Mapa do Brasil, como uma civilização do passado, que sejam os rondonienses preservados ao menos como os animais e as plantas da floresta amazônica, e reforço o meu apelo ao Governo de Rondônia para que coloque um paradeiro à corrupção que invade todos os setores da Administração Estadual, caso contrário de nada adiantará carrear recursos de Brasília se deles não resultar melhoria-bem-estar para a gente rondoniense.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, temos milhares de leis no Brasil, mas vivemos sempre a sensação da impunidade, pois essas leis não alcançam os corruptos, aqueles que se locupletaram com o dinheiro público, gerando um clima de inconformismo e revolta na nossa sociedade.

As leis são consideradas discriminatórias e terrivelmente injustas, já que elas nunca foram usadas para colocar os grandes criminosos na cadeia, os responsáveis pelos escândalos e rombos ocorridos em órgãos governamentais.

Não precisamos de leis novas, mas sim fazer com que as leis já existentes sejam aplicadas indistintamente, cumprindo assim o dispositivo constitucional de que "todos são iguais perante a lei". (Art. 5º — CF.)

Há necessidade de se transformar essa utopia em realidade, fazendo com que o povo brasileiro volte a acreditar na justiça e na eficácia das leis.

Chegamos a tal nível de cinismo, que pessoas que ocupam altos cargos na administração do País, ostentando uma riqueza

de origem altamente duvidosa, ainda se apresentam diante de toda a Nação como arautos da moralidade e preocupados com o nível de corrupção existente no Brasil.

A crise mais grave que enfrentamos, Sr. Presidente, é exatamente a crise moral, que faz com que a imprensa dedique amplos espaços para dar cobertura às declarações desses "falsos moralistas", apresentando-os à Nação como exemplos a serem imitados por todos os administradores.

Cada vez mais ficamos desacreditados perante o mundo, e o povo brasileiro cada vez menos acredita nos homens públicos, fazendo com que sejamos confundidos com ele, numa generalização que preocupa a todos nós.

Enquanto isso, uma reportagem, feita com presidiários em um dos nossos estabelecimentos penais, mostrou uma jovem cumprindo pena de 7 meses, por ter tentado furtar, em um supermercado, um bico de mamadeira para alimentar a sua filha, já que tinha dinheiro apenas para comprar o leite e a maizena, não podendo dessa forma saciar a fome da recém-nascida.

É um quadro que nos revolta e deve nos levar a fazer as modificações que forem necessárias na nossa legislação penal, para evitar a repetição de episódio tão deprimente.

Se não temos condições de colocar na cadeia aqueles que assaltam os cofres públicos, devemos abrir as portas dos presídios e permitir que a impunidade seja consagrada e institucionalizada de vez em nosso País.

Jamais seremos um país moderno se não aperfeiçoarmos o nosso sistema penal e não fizermos com que as leis sejam cumpridas, indistintamente, punindo aqueles que praticarem o delito, sem distinção de qualquer natureza.

Segundo a imprensa, dos 120 mil presidiários que habitam os 250 presídios do País, só 70, ou 0,058%, estão condenados e presos por corrupção, comprovando, mais uma vez, a infeliz tradição brasileira, de não punir corruptos no Brasil, salvo quando o criminoso é pobre.

Dos 70 presos por corrupção, 67 são ex-policiais, um prefeito de Santa Catarina e dois vereadores daquele Estado. E os outros? Estão soltos. Presa está a mãe que não tinha dinheiro para pagar um bico de mamadeira para poder alimentar sua filha recém-nascida.

Não podemos nos conformar com isso e nos acomodar a essa situação, pois ela fere moralmente os homens de bem e, certamente, nos levará ao descalabro social e moral.

Esta Casa tem a responsabilidade de colocar um ponto final nesse estado de impunidade, não permitindo que pessoas desqualificadas assumam a bandeira da moralidade que deve estar em mãos limpas e honradas e não em mãos suspeitas de pessoas que nunca puderam explicar como enriqueceram tão rapidamente, após ocupar cargos públicos e que, perigosamente, conseguem enganar uma grande parte do povo. Mas a nossa esperança é de que Abraão Lincoln esteja certo, e que eles não consigam "enganar todo o povo, durante todo o tempo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Na presente sessão foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1991, de autoria da Comissão Diretora, que "altera a redação do art. 1º do Decreto Legislativo nº 63, de 19 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a remuneração do Presidente da República e dos Ministros de Estado".

A matéria ficará sobre a mesa, no prazo de cinco sessões ordinárias, para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, inciso II, alínea f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 104, DE 1991

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 1991 (nº 348/90, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo para a construção de uma ponte sobre o rio Uruguai, entre as Cidades de São Borja e Santo Tomé, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Buenos Aires, em 6 de julho de 1990, tendo

PARACER favorável, sob nº 387, de 1991, da Comissão
— de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 2 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1991, de autoria do Senador João

Rocha e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao inciso V do art. 37 da Constituição Federal. (5ª sessão de discussão.)

— 3 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1991, de autoria do Senador José Richa e outros Senhores Senadores, que altera a redação do caput do art. 2º e o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo

PARACER favorável, sob nº 377, de 1991,

— da Comissão Temporária, com votos vencidos dos Senadores Hugó Napoleão e César Dias. (4ª Sessão de discussão.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 42 minutos.)